



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

AMANDA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE THIERS

TECENDO CONEXÕES:

o Porto Digital como um novo agente do planejamento territorial da área central do Recife

Recife - PE

2024

AMANDA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE THIERS

TECENDO CONEXÕES:

o Porto Digital como um novo agente do planejamento territorial da área central do Recife

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Prof. Dra. Iana Ludermir Bernardino

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Thiers, Amanda Cavalcanti de Albuquerque.

Tecendo conexões: o Porto Digital como um novo agente do planejamento territorial da área central do Recife / Amanda Cavalcanti de Albuquerque Thiers. - Recife, 2024.

69 p. : il., tab.

Orientador(a): Iana Ludermir Bernardino

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2024.

Inclui referências.

1. Planejamento urbano . 2. Porto Digital . 3. Recife. I. Bernardino, Iana Ludermir . (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo investigar em que medida o Porto Digital atua como um agente do planejamento urbano em seu território de influência. Fundado em 2000, o Porto Digital é uma política pública resultante da colaboração entre governo, instituições privadas e de ensino, visando criar um polo de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e revitalizar o Bairro do Recife. Desde 2015, observa-se uma expansão de sua atuação com o aumento de benefícios fiscais e isenções tributárias para além da Ilha do Recife, sem amplo debate público ou controle social, além disso, esse também é o ano em que tem início às atividades da ARIES, organização social privada, embarcada no Porto Digital, responsável por pensar em uma estratégia de cidade de longo prazo para o Recife, consolidando-se como um ator cada vez mais influente no desenvolvimento urbano, o que foi identificado como a 4ª onda de desenvolvimento de atividades do Porto Digital. A pesquisa adota uma abordagem exploratória e qualitativa, com coleta de dados baseada em revisão bibliográfica e análise de conteúdo de fontes institucionais, midiáticas e legislativas. Busca-se, assim, caracterizar a atuação do Porto Digital, confrontando seus objetivos originais com sua influência atual sobre o território e planejamento urbano, além de demonstrar a correlação de forças entre os agentes que atuam direta e indiretamente no planejamento urbano da área central do Recife, situando o Porto Digital na dinâmica recente.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Porto Digital; Recife.

ABSTRACT

This undergraduate dissertation goal is to investigate to what extent Porto Digital acts as an urban planning agent within its sphere of influence. Founded in 2000, Porto Digital is a public policy initiative, established through collaboration between the government, private entities and educational institutions, with the goal of revitalizing the Bairro do Recife district through the creation of a hub for Information and Communication Technology (ICT) entrepreneurship. Since 2015, there has been an expansion of its scope, with increased tax benefits extending beyond the Bairro do Recife, without broad public debate or citizen oversight. 2015 also marks the beginning of ARIES's activities, a private social organization embedded in Porto Digital, responsible for developing a long-term city strategy for Recife. In solidifying itself as an increasingly influential player in urban development, Porto Digital has been going through what was identified as its 4th wave of development. This research adopts an exploratory and qualitative approach, with data collection based on literature review and content analysis of institutional, media, and legislative sources. The aim is to characterize Porto Digital's role by confronting its original objectives with its current influence on the territory and urban planning, as well as to demonstrate the power dynamics between agents directly and indirectly involved in urban planning in the central area of Recife, placing Porto Digital within the recent urban dynamics.

Key words: Urban Planning; Porto Digital; Recife.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PLANEJAMENTO URBANO REVESTIDO DE EMPREENDEDORISMO	12
2.1 DISCUTINDO CONCEITOS, ATORES E FUNÇÃO SOCIAL DO PLANEJAMENTO	12
2.2 DO PLANEJAMENTO CENTRALIZADO AO PLANEJAMENTO “PARTICIPATIVO”	14
2.3 PLANEJAMENTO DE “TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS”: POLOS DE TECNOLOGIA EM CENTROS HISTÓRICOS	17
3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO BAIRRO DO RECIFE	23
3.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO BAIRRO DO RECIFE	25
3.2 A CRIAÇÃO DO PORTO DIGITAL	31
3.2.1 Caracterização da Governança do Porto Digital	36
3.2.2 Atuação e Desenvolvimento do Porto Digital da fundação até 2015	38
4 PORTO DIGITAL COMO AGENTE DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL	42
4.1 O PORTO DIGITAL NO BAIRRO DO RECIFE	43
4.2 ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS E EXPANSÃO DA ATUAÇÃO DO PORTO DIGITAL	56
4.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS ORIGINAIS E ATUAÇÃO ATUAL DO PORTO DIGITAL EM RELAÇÃO AO TERRITÓRIO E AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

O planejamento urbano é responsável por organizar e orientar o desenvolvimento das cidades e regiões urbanas. Por meio dele, facilita-se a elaboração de estratégias e políticas envolvendo os diversos aspectos que impactam na criação e expansão de cidades sustentáveis, funcionais e inclusivas. Esse processo que busca equilibrar os interesses socioeconômicos e ambientais, visando garantir a qualidade de vida da população, passou por transformações significativas nas últimas décadas.

Ao longo da história o planejamento urbano assume muitas características, influenciado por uma multitude de inclinações ideológicas e mudanças no cenário socioeconômico. No contexto do modo de produção capitalista do espaço urbano, existe uma constante disputa de poder entre os agentes envolvidos no processo de planejamento, na qual os grupos hegemônicos buscam priorizar seus próprios interesses através do emprego do capital. Essas mudanças refletem as dinâmicas de força e de poder, moldando as cidades conforme interesses econômicos, políticos e sociais dominantes, muitas vezes em detrimento das necessidades das populações menos privilegiadas. Assim, ocorridas repetidas movimentações na balança de influências, foram instituídos novos arranjos de atores sociais ao longo do tempo.

A década de 1980 foi marcada por uma crise econômica no Brasil, com alta inflação, desemprego e estagnação econômica. Esse contexto contribuiu para o desgaste e eventual colapso da ditadura militar. É nesse cenário de redemocratização que emerge a Constituição de 1988, representando um marco histórico para o desenvolvimento urbano ao estabelecer pela primeira vez um capítulo dedicado à política urbana.

O planejamento urbano brasileiro passou a incorporar princípios de participação popular e descentralização em um contexto econômico de crise. Assim, foram lançadas as bases para a substituição do modelo modernista e funcionalista, empregado pelo regime da ditadura, por um planejamento inclusivo e progressista, submetido a um contexto econômico de escassez de recursos, que impedia os governos de assumirem os custos de implementação de projetos urbanos, de modo que o planejamento passou a exigir maior participação da iniciativa privada.

Desde o pacto federativo brasileiro de 1988 o Poder Local Municipal tem o relevante papel de garantir a função social da cidade e o bem estar de seus habitantes. Compreende-se a responsabilidade do planejamento urbano, que, mais do que um conjunto de normas e diretrizes, configura-se como um processo contínuo de reflexão, diálogo e ação, composto por diagnóstico, planejamento, implementação e gestão, possui a capacidade de promover justiça

social. Para tanto é necessário que os diversos atores envolvidos no processo estejam alinhados com tais princípios e que esses processos ocorram de forma democrática.

Por princípio constitucional, é responsabilidade dos municípios exercer a política urbana. É como está previsto no artigo 182 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a política de desenvolvimento urbano deve garantir o bem-estar dos cidadãos e a função social da cidade e da propriedade. Através de instrumentos como o Plano Diretor, os municípios têm autonomia para planejar e organizar o uso do solo urbano, promovendo o desenvolvimento sustentável, a participação popular e o ordenamento territorial.

A década de 1990, embora marcada pelo Plano Real e pela abertura comercial internacional, não conseguiu alterar a situação econômica no país, onde se mantiveram as baixas taxas de crescimento econômico e as elevadas taxas de desemprego. Esse cenário foi responsável por levar diversos governos locais a aderirem o modelo de planejamento estratégico de cidades, ou empreendedorismo urbano, que visava a atração de investimentos. Nesse contexto, no Recife, o centro histórico foi identificado como território chave para o planejamento estratégico, levando as escalas de governo estadual e municipal a se unirem na escolha do Bairro do Recife (Recife-PE) como um dos principais alvos de atração de investidores e revitalização urbana (FERNANDES e LACERDA, 2015).

Figura 1: Bairro do Recife - vista aérea.



Fonte: Porto Digital.

Em 1992, elaborou-se o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR), coordenado pela URB (Autarquia de Urbanização do Recife) no âmbito da Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiente (SEPLAM), que tinha por objetivo transformá-lo em um centro regional de serviços modernos, de comércio, lazer e cultura, para a população local, e um centro de atração turística nacional e internacional. Inicialmente, os esforços voltaram-se para atividades como bares e restaurantes, porém devido a falta de demanda gerada por outras atividades no bairro esses estabelecimentos fecharam no final da década de 1990. (FERNANDES e LACERDA, 2015).

No ano 2000, uma iniciativa conjunta de acadêmicos, gestores públicos e iniciativa privada, que reuniram-se numa estrutura no modelo *triple-helix*, levou o governo a rever as estratégias do Plano de Revitalização, diante da oportunidade de implantação de um parque tecnológico na cidade. O Projeto Porto Digital (2000) deu início a um novo ciclo de valorização rentista no Bairro do Recife, com foco na criação de um polo de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Criado como um sistema local de inovação, que abrange o Parque Tecnológico Urbano Porto Digital, surgiu com o objetivo de ser uma política pública para o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação em Pernambuco, de modo a inserir o estado no mercado globalizado, e realizar a revitalização do Bairro do Recife. Em 2001 ocorreu a criação do NGPD, o Núcleo de Gestão do Porto Digital, uma organização social privada sem fins lucrativos.

Com o passar do tempo, o Porto Digital tem assumido funções que vão além do seu escopo original de atuação. Em 2014, assumiu o projeto do Plano Recife 500 Anos em conjunto com a ARIES, para traçar uma estratégia de futuro para o 500º aniversário da cidade; em 2020, o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental que visa promover arranjos de produção de Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular para a cidade do Recife, como parte do projeto CITinova; e em 2021, assumiu o “Projeto Piloto para Reabilitação de Áreas Centrais”, financiado pelo BNDES Fundo Cultural, que consiste na elaboração de modelo piloto para Reabilitação de Centros Históricos, a ser aplicado em outras cidades. Todas essas atividades, que serão abordadas mais à frente, estão relacionadas ao planejamento urbano, fugindo do escopo do Porto Digital de TICs.

Essa atuação, que foge do seu escopo original de desenvolvimento do setor de TIC e revitalização do Bairro do Recife, chama atenção para a reflexão apresentada neste trabalho, que visa discutir a atuação do Núcleo de Gestão do Porto Digital enquanto instituição e polo de tecnologia e inovação. A pesquisa estrutura-se partindo da compreensão de que não cabe

ao Porto Digital essa função de planejador urbano, e que ele, como uma instituição que tem interesses privados, não teria capacidade de se comprometer com a justiça social.

Tendo como ponto de partida da pesquisa analisar a atuação do Porto Digital enquanto agente do planejamento urbano, no Recife, a partir de 2010. Esse estudo procura explorar a correlação de forças entre esses agentes e compreender como a presença do Porto Digital tem moldado as políticas urbanas e a revitalização do Centro Histórico do Recife.

Diante do apresentado, fica definido como objetivo geral da pesquisa: analisar em que medida o Porto Digital tem se comportado como um agente do planejamento urbano dentro de seu território de influência – Bairro do Recife, a partir de 2010.

A partir desse objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar a atuação do Porto Digital em relação ao território e ao planejamento urbano, no Recife, a partir de 2010, confrontando com seus objetivos originais.
2. Demonstrar a correlação de forças entre os agentes que atuam direta e indiretamente no planejamento urbano da área central do Recife, situando o papel do Porto Digital na dinâmica recente, a partir da década de 2010.

No entanto, é importante salientar que durante a pesquisa foi identificado como marco o ano de 2015, compreendendo que a partir daí o Porto Digital com a sua expansão territorial e mudança no escopo de atuação, inicia um novo momento em que ele gradativamente se configura como um agente do planejamento territorial. Esse ano de 2015 representa um marco importante em que o Porto Digital, sem amplo debate público ou mecanismos de controle social, obteve, novamente, a ampliação dos benefícios fiscais e das isenções tributárias para além da área da Ilha do Recife e da atividade de tecnologia e informação, expandindo para educação e economia criativa. Essa expansão territorial reflete a ampliação do escopo de atuação do Porto Digital, o que o posiciona como um ator cada vez mais influente no desenvolvimento urbano. A partir desse ponto, a investigação será voltada para explorar as novas conexões estabelecidas e as implicações dessa ampliação na dinâmica urbana e no planejamento territorial a partir de 2015

A pesquisa é do tipo exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. A metodologia utilizada para a elaboração desse estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica e pesquisa documental, métodos complementares que permitem obter um panorama amplo e aprofundado sobre o tema estudado, contextualizar a pesquisa em relação às contribuições anteriores e fundamentar teoricamente as análises e conclusões. A partir disso, o estudo

apresenta uma explanação histórica do planejamento urbano no Brasil e na cidade do Recife, sobre o Porto Digital e sobre os fundamentos do planejamento urbano. Além disso, foi discutido sobre os atores envolvidos no planejamento urbano, visando a construção de quadros e esquemas que permitiram estabelecer a rede de conexões entre os agentes que atuam na área central do Recife junto ao Porto Digital. A coleta de dados foi realizada com base em pesquisas bibliográficas; pesquisas documentais de conteúdos institucionais, midiáticos e legislação. Utilizando-se da análise de conteúdo para estudo das informações obtidas.

2 PLANEJAMENTO URBANO REVESTIDO DE EMPREENDEDORISMO

O presente capítulo tem como objetivo contextualizar a assimilação, pelo planejamento urbano, de uma noção de competitividade entre cidades para atrair investimentos privados, e de submissão dos governos aos interesses privados. Para tal, trataremos de fazer uma retrospectiva para situar a emergência e assimilação do planejamento estratégico e do empreendedorismo urbano no Brasil. No item 2.1 são discutidos os conceitos, atores e fundamentos do planejamento urbano, bem como a função social da cidade, e no item 2.2 é trazida uma contextualização histórica que busca demonstrar a passagem de um planejamento centralizado, durante a ditadura, a um momento de redemocratização, quando o planejamento deveria ser mais participativo, no entanto, foi capturado pelo planejamento estratégico, situando o que é essa nova forma de planejamento urbano, submetido aos interesses privados, ao lucro, ao retorno financeiro e em que contexto surgiu. Em seguida, no item 2.3, aborda-se sobre os polos de tecnologia enquanto componente de inovação para o empreendedorismo urbano, tratando sobre qual o papel do setor terciário econômico moderno, da tecnologia, no contexto da revitalização urbana sob a ótica do planejamento estratégico.

2.1 DISCUTINDO CONCEITOS, ATORES E FUNÇÃO SOCIAL DO PLANEJAMENTO

O planejamento urbano é fundamental para organizar e orientar o desenvolvimento das cidades e regiões urbanas, abrangendo a requalificação de áreas existentes e a criação de novos núcleos urbanos. É um processo contínuo de reflexão, diálogo e ação, composto por diagnóstico, planejamento, implementação e gestão. Compreende a elaboração de estratégias e políticas que consideram aspectos como infraestrutura, habitação, mobilidade, meio ambiente, uso do solo e serviços públicos, com o objetivo de promover a justiça social e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes através de cidades sustentáveis, funcionais e inclusivas.

Para garantir a promoção da justiça social através do planejamento urbano é essencial que todos os atores envolvidos estejam comprometidos com princípios de equidade e inclusão. Esse processo deve ocorrer de forma democrática, promovendo a participação e o diálogo entre diferentes agentes e setores, sendo necessário considerar aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais para promover um crescimento urbano equilibrado e sustentável.

Uma atividade intrinsecamente multidisciplinar, que envolve não apenas urbanistas, mas também profissionais de outras áreas, como sociólogos, geógrafos, historiadores, economistas e outros especialistas. O processo pode incluir a participação de autoridades

locais, como representantes do governo, empresas privadas e organizações internacionais. Um dos princípios centrais que norteia o planejamento urbano é a função social da cidade e da propriedade urbana, um conceito desenvolvido pelo Plano Diretor, que visa promover a justiça social através do equilíbrio entre os interesses públicos e privados no território urbano, por meio da participação social.

Os atores do planejamento urbano podem ser classificados em 4 categorias:

- Setor público: Governo federal, estadual e municipal; órgãos gestores; empresas públicas etc.
- Setor privado: Empresas de construção civil, imobiliárias, consultorias, grandes proprietários de terra etc.
- Sociedade civil organizada: Movimentos sociais, ONGs, associações de bairro, conselhos municipais, sindicatos, academia etc.
- Cidadãos: Residentes, trabalhadores, estudantes etc.

Para assegurar que o planejamento urbano atenda adequadamente à função social da cidade, algumas premissas são fundamentais. O planejamento deve ser integrado, sustentável e participativo, com a promoção da inclusão social e acesso igualitário a serviços básicos garantidos para todos os habitantes. Isso implica um compromisso com a melhoria da qualidade de vida urbana, em que o acesso à infraestrutura, transporte eficiente, habitação digna e espaços públicos são colocados no centro das políticas urbanas.

Portanto, a função social da cidade deve ser fundamentada em princípios de justiça social, igualdade de oportunidades, acessibilidade e sustentabilidade. Em essência, o planejamento urbano e a função social da cidade estão diretamente relacionados ao papel da cidade na promoção do bem-estar e da qualidade de vida de seus habitantes, com as necessidades das pessoas ocupando o centro do planejamento e do desenvolvimento urbano sustentável.

Segundo Garcias e Bernardi (2008) identificam-se três grupos de funções sociais da cidade: funções urbanísticas, de cidadania e de gestão.

- Funções urbanísticas: habitação, trabalho, lazer e mobilidade;
 - Funções de cidadania: educação, saúde, segurança e proteção;
 - Funções de gestão: prestação de serviços, planejamento, preservação do patrimônio cultural e natural, e sustentabilidade urbana.
- (GARCIAS e BERNARDI, 2008)

2.2 DO PLANEJAMENTO CENTRALIZADO AO PLANEJAMENTO “PARTICIPATIVO”

Até a instalação do regime militar em 1964 nenhuma política urbana foi explicitamente elaborada e adotada pelo governo central no Brasil. Durante a ditadura, a política urbana foi marcada pela centralização das decisões no governo federal, com forte ênfase na setorização de propostas e intervenções. (COSTA, 1994) O modelo tecnocrático adotado muitas vezes desconsiderava as necessidades da população e os impactos socioambientais das intervenções, devido ao foco em políticas de desenvolvimento econômico acelerado e modernização.

Em 1964 houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), posteriormente foi também criado o Ministério do Interior (1967). Na década de 1970 foram criadas as instituições de planejamento, formulações de planos e políticas na escala nacional, regional e municipal, nesse período também tiveram origem estruturas como a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR), os órgãos metropolitanos, entre outros. (NUNES, 2013). Essas criações demonstram a tentativa de articular as ações em diferentes escalas, mas muitos desses planos não chegaram a ser implementados.

A característica centralizadora no planejamento ficou bastante evidente quando da criação do Sistema Federal de Planejamento (SFP, Decreto nº 71.353 de 1972), que formalizou um sistema e processo de planejamento, dentre seus objetivos estava assegurar a aplicação de critérios técnicos na escolha de prioridades, era, ainda, de sua responsabilidade articular as ações a cargo de estados e municípios. (CARDOSO JR., J.. 2011. p. 183 apud NUNES, 2013)

A política adotada nesse período, após o golpe militar, resultou no abandono de ideias anteriores, de Reforma Urbana, que defendiam a necessidade de intervenções mais decisivas do Estado, especialmente as referentes ao controle de direitos absolutos de propriedade, e estavam em voga nas principais cidades e metrópoles do país. Essa proposta de reforma ficou suspensa até a recuperação da pauta nos anos 1980, durante o processo de redemocratização, a discussão foi retomada tanto por meio de propostas de leis no Congresso Nacional, como através de mobilizações da sociedade civil durante o processo constituinte. (COSTA, 1994)

A centralização e setorização da política urbana durante a ditadura militar tiveram profundas consequências para a urbanização brasileira. Visto que, ao priorizar grandes projetos e intervenções, o governo federal muitas vezes desconsiderou as especificidades locais e as demandas da população. Contribuindo, dessa forma, para intensificar problemas como desigualdade social e segregação espacial.

A década de 1980, período de transição democrática, foi marcada por relevantes transformações na política urbana brasileira. A reestruturação foi acompanhada por um desmonte gradual das estruturas de planejamento, resultando em uma perda de centralidade e efetividade das políticas urbanas. A extinção de órgãos como o BNH e a CNPU, acompanhada da redução de investimentos em planejamento, revela um cenário de contradições e desafios. A criação de novas instituições como o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano, e um projeto de lei sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, indicam uma tentativa de reorientar as políticas urbanas. Somente no final dos anos 1980, com a mobilização popular em torno da Emenda Popular da Constituição, a discussão sobre a Reforma Urbana ganha força novamente, sinalizando uma nova etapa para o planejamento urbano no Brasil.

O processo de redemocratização do Brasil teve como marco legal e institucional a Constituição Federal de 1988, que representou um ponto de inflexão ao dedicar um capítulo à Política Urbana (Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo II – Política Urbana, arts. 182 e 183). Como política pública, concretiza-se através de um programa de ação governamental direcionado ao ordenamento dos espaços habitáveis, englobando, portanto, o planejamento e a gestão das cidades. (FERNANDES, C. et al. 2017)

No Artigo 182 estabelece que “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, (...), tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes.”. De acordo com o Art. 30, inciso VIII compete aos municípios “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”. (BRASIL, 1988)

Além das bases legais, inaugura-se uma nova estrutura para o direito urbanístico brasileiro, que incorpora o bem-estar dos habitantes e o planejamento como elementos indissociáveis da organização do espaço urbano, previsto no caput do art. 182. (FERNANDES, C. et al., 2017) Estabeleceu como fundamentos um planejamento urbano inclusivo e progressista, visando substituir o planejamento modernista, funcionalista e tecnocrático anteriormente em vigor, adotando princípios de participação popular e descentralização.

Em 2001, foi promulgada a Lei Federal nº 10.257 de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, essa legislação criada para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal estabeleceu normas gerais para a política urbana definindo acerca do planejamento urbano,

diretrizes, princípios, instrumentos, competências e sanções para o não cumprimento das disposições obrigatórias. (FERNANDES, C. et al., 2017)

O Estatuto estabelece instrumentos de reforma urbana que visam promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras, reforçando a importância da gestão democrática. Embora a política urbana seja uma responsabilidade constitucional dos municípios, o Estatuto da Cidade oferece os recursos necessários para atingir esses objetivos. Essa legislação não só oferece amparo legal, mas também proporciona instrumentos para a elaboração e implementação de planos setoriais em áreas como habitação, regularização fundiária, resíduos sólidos, saneamento e mobilidade. (FERNANDES, C. et al., 2017)

O Estatuto da Cidade foi uma conquista significativa, pois foi responsável por uma abordagem mais abrangente e democrática para o planejamento urbano, incorporando a participação da sociedade civil, a função social da cidade e da propriedade e a promoção da justiça social na utilização e ocupação do espaço urbano.

Um dos principais instrumentos previstos no sistema de planejamento é o Plano Diretor que, de acordo com a Constituição, possui obrigatoriedade em municípios com mais de 20 mil habitantes. Um instrumento básico e legal da política de desenvolvimento e expansão urbana onde devem estar presentes as diretrizes que vão estruturar o planejamento territorial municipal, abrangendo as áreas urbanas e rurais dentro de seus limites, bem como regulamentar os demais instrumentos, estabelecer as prioridades e articular os planos setoriais.

É importante ressaltar que esse é um instrumento do planejamento local com foco no planejamento urbano participativo, que faz com que o ato de planejar deixe de ser uma atividade meramente técnica para assumir uma natureza política. (NUNES, 2015). O princípio da função social da cidade e da propriedade urbana, determinado pelo Plano Diretor, visa promover a justiça social através do equilíbrio entre os interesses públicos e privados no território urbano, por meio da participação social.

No Estatuto da Cidade ficou estipulado que os municípios teriam o prazo de 5 anos para elaboração de novos planos diretores ou revisão dos existentes há mais de 10 anos. Mesmo com essas exigências, somente depois de 4 anos, em 2005, que a elaboração dos novos planos começou a ganhar força. Em 2009, 87% dos 1.644 municípios (de um total de 5.565 no país) legalmente obrigados a elaborar ou revisar seus planos diretores já os havia aprovado. (SANTOS JR. e MONTANDON, 2011, p. 29 apud BURNETT, 2023). Essa mudança de atitude se deu após uma resposta à passividade local em executar o planejamento urbano democrático, levando instâncias federais a agirem impositivamente. Os planos elaborados são resultados da criação do Ministério das Cidades, em 2003, e da instituição do Conselho

Nacional das Cidades, em 2004, que executaram diversas ações que direcionaram a criação dos planos democráticos. (BRASIL, 2004 apud BURNETT, 2023).

2.3 PLANEJAMENTO DE “TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS”: POLOS DE TECNOLOGIA EM CENTROS HISTÓRICOS

O paradigma tecnológico baseado na microeletrônica, que teve início em meados do século XX, caracteriza-se pela ampla difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que ganham relevância intensificando a digitalização da sociedade e da economia. Essa centralidade é refletida em políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) em vários países, visando aproveitar as oportunidades criadas pela emergência de novos setores e atores econômicos (FERNANDES e MELO, 2017 apud FERNANDES e LACERDA, 2019). As políticas atuais de CT&I baseiam-se na premissa de que o desenvolvimento científico e tecnológico é fundamental para o progresso econômico e social (MACEDO, 2017).

No Brasil, esse movimento ocorreu impulsionando a mobilização de agentes governamentais, empresariais e acadêmicos para o desenvolvimento de uma indústria nacional de informática. Esse processo teve início na década de 1970 e diante dos resultados insatisfatórios alcançados na estratégia anterior, a comunidade científica brasileira, inspirada pelas experiências de inovação do Vale do Silício e da Rota 128 nos Estados Unidos, passou a defender a adoção de modelos de polos e parques tecnológicos no Brasil. O objetivo era conectar setores produtivos de alta tecnologia com o desenvolvimento científico e tecnológico, acreditando que essa vinculação poderia fomentar o crescimento socioeconômico do país (SILVA, 2008 apud MACEDO, 2017).

A Política Nacional de Informática (PNI) foi instituída pela Lei nº 7.232 em 1984. Desde então seus instrumentos legais têm sofrido diversas mudanças, saindo do seu foco inicial de estímulo à indústria nacional de hardware e software, com a ampliação da concessão de benefícios fiscais e outros estímulos a empresas do setor instaladas no Brasil, independentemente de capital nacional ou internacional. Em troca, as empresas beneficiadas devem investir parte de seu faturamento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), seja internamente ou em parceria com instituições de pesquisa. (FERNANDES e LACERDA, 2019) Estudos acadêmicos apontam que a PNI trouxe como principal benefício o fortalecimento da base científica nas áreas de ciência e engenharia da computação, graças à exigência de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (SALLES FILHO et al., 2012 apud FERNANDES e LACERDA, 2019). Esse requisito impulsionou a criação de estruturas de pesquisa públicas e privadas que se tornaram elementos chave da política.

No mesmo ano, é lançado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), o Programa Brasileiro de Parques Tecnológicos. Porém, as dificuldades das outras décadas se mantiveram, com a ausência de uma cultura inovadora e baixa quantidade de empreendimentos voltados à inovação. Esse cenário levou os primeiros projetos de parques tecnológicos a evoluírem para as primeiras incubadoras de empresas no Brasil. (ANPROTEC e ABDI, 2007 apud MACEDO, 2017)

No Brasil, a partir do início da década de 1980, a economia começou a apresentar sinais de declínio, o que levou a uma crise fiscal e financeira. Diante deste cenário, o governo se isenta das políticas públicas, passando a responsabilidade para os municípios. Paralelamente, estabeleceu-se uma nova fase de internacionalização do capital, cuja principal característica é a capacidade de deslocamento de capitais, alcançada por meio da liberalização e desregulamentação, combinadas com as novas tecnologias de comunicação. Diante desse cenário, as prefeituras municipais, sobretudo as das grandes cidades, se viram obrigadas a elaborar estratégias de desenvolvimento local específicas. (ZANCHETI e LACERDA, 1999)

A ausência de planejamento estatal aliado à crise econômica resultou na redução dos recursos e investimentos destinados à ciência e tecnologia. As políticas nacionais relacionadas à interação entre o potencial científico-tecnológico e o desenvolvimento econômico foram retiradas da agenda federal. Em resposta, a comunidade de pesquisa brasileira passou a procurar novas fontes de financiamento para essas atividades. A conscientização sobre a importância da relação entre competência na produção industrial e atividades intensivas em conhecimento e tecnologia ajudou a despertar a atenção do poder público estadual e municipal para essa questão (SILVA, 2008 apud MACEDO, 2017).

A viabilidade para criação e implementação de polos e parques tecnológicos no Brasil só começou a se concretizar a partir de meados da década de 1990. Esse período foi marcado pela expansão do neoliberalismo e da globalização, que, no cenário nacional, resultou na crescente subordinação dos Estados Nacionais aos centros de poder globais, pelo desmonte do Estado de Bem Estar social. No âmbito nacional, houve uma redução da capacidade do Estado em formular políticas públicas e por consequência a descontinuação da política nacional de desenvolvimento. A prioridade dos governos centrais passou a ser a implementação de medidas relacionadas ao livre mercado e aos ajustes estruturais propostos pelo Consenso de Washington, abandonando assim estratégias de desenvolvimento mais amplas. (DAGNINO, 2015 apud MACEDO, 2017)

Nesse contexto, o desenvolvimento de novos espaços produtivos voltou a ganhar destaque, agora impulsionado por uma “dinâmica endógena” que ressaltava a capacidade dos

governos locais e seus atores sociais na promoção dessas iniciativas. A partir daí, observou-se uma verdadeira proliferação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas em diversas regiões do Brasil. A justificativa por trás dessas ações era de que elas contribuiriam para o desenvolvimento socioeconômico local, atraindo ou criando empresas de alta tecnologia (COSTA, 2010 apud MACEDO, 2017).

Na década de 1990, mesmo com a implementação do Plano Real e a abertura comercial ligada ao Consenso de Washington, a economia estadual manteve-se estagnada. Apesar das transformações nacionais, não foi possível modificar significativamente a situação econômica de Pernambuco, a região continuou a enfrentar baixos índices de crescimento e altos níveis de desemprego. Diante desse cenário, diversos governos locais passaram a adotar o planejamento estratégico de cidades, ou ainda, o empreendedorismo urbano, com objetivo de atrair investimentos privados e promover o desenvolvimento econômico regional. A justificativa para concentrar os investimentos em áreas específicas da cidade fundamentava-se na criação de novos postos de trabalho. Essa lógica contrastava com o modelo de planejamento compreensivo, que ainda tinha respaldo na academia e nas equipes técnicas de gestão municipal, mas que foi gradualmente sendo superado em prol de intervenções mais seletivas, voltadas para atrair investimentos e fomentar emprego e renda. (FERNANDES, 2001 apud FERNANDES e LACERDA, 2015)

No fim da década de 1990, com a consolidação da economia globalizada e a expansão da internacionalização do capital no país, as disputas regionais por investimentos se intensificaram. O enfraquecimento de atividades tradicionais e a emergência de novos setores, impulsionados por altas taxas de inovação, levaram à reestruturação produtiva de grandes centros urbanos. Concomitante a esse cenário e a associado a ele, a iniciativa privada passou a ter uma participação nas instâncias governamentais, através da adoção do planejamento estratégico, vinculado à visão neoliberal como prática de gestão na administração pública das grandes metrópoles nacionais. (BACELAR, 2003 apud MARQUES, 2021)

Segundo Silva (2012), “o planejamento estratégico teve o seu uso generalizado para a administração pública quando Margareth Thatcher esteve no comando do Reino Unido, a partir de 1979.” No entanto, desde a década de 1950, os projetos de “reconversão urbana” começaram a se desenvolver nos Estados Unidos da América.

O caso de Baltimore, de intervenções no *waterfronts*, ocorreu no contexto pós guerra e de crise econômica, em que a cidade experienciou o abandono de edifícios na área central, com subutilização do porto e aumento da marginalidade. Esse cenário começa a mudar com a reunião de cidadãos com poder de influência suficiente para implementar estratégias de

recuperação da área, através da recuperação de edifícios históricos, na intenção de estimular o crescimento de comércio e serviços. O contexto econômico liberal da época permitiu a formação de parcerias entre os setores público e privado. Outro exemplo importante, que também contou com esse tipo de parceria, ocorreu em meados dos anos 1960, em Boston. Nesse caso as autoridades públicas desempenharam um papel crucial no processo, garantindo contrapartidas significativas dos investidores privados. Esse modelo de revitalização urbana, especialmente em áreas portuárias, onde os setores público e privado colaboram para promover a recuperação de áreas subutilizadas e impulsionar o desenvolvimento econômico local, passou a ser replicado em cidades no Canadá e, na década de 1980, chegou na Europa, com o emblemático projeto das *Docklands*, em Londres, Reino Unido. (BRANCO-TEIXEIRA, 1999 apud SILVA, 2012)

Jordi Borja e Manuel Castells foram fundamentais na sistematização teórica do planejamento estratégico de cidades, adaptando conceitos empresariais ao contexto urbano. Os autores defendem um modelo de planejamento estratégico de cidades focado na parceria público-privada para alcançar metas urbanas, como a promoção de uma “nova base econômica, infraestrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade”, criando assim um "Projeto de Cidade" para enfrentar as crises urbanas. (CASTELLS e BORJA, 1996 apud SILVA, 2012)

Esse novo paradigma, o chamado “Planejamento Estratégico de Cidades”, foi difundido pelo mundo a partir do “sucesso de Barcelona”. Incansavelmente, fez-se propaganda das políticas urbanas que supostamente tinham a capacidade de resolver os problemas urbanos e tirar as cidades da crise. (CASTELLS e BORJA, 1996 apud SILVA, 2012)

Esses estudiosos desempenharam um papel crucial na disseminação global desse modelo, especialmente o catalão, através de uma consultoria internacional que popularizou suas práticas, principalmente, na América Latina, nos anos 1990, sendo implementado em várias cidades brasileiras. Nesse período, surge a noção de cidade como agente político e econômico. Segundo Castells e Borja (1996), a consolidação desse novo papel depende de grandes projetos urbanos que engajem tanto os setores públicos quanto privados, conquistando um consenso amplo da sociedade. (SILVA, 2012)

Um dos pilares do planejamento estratégico enfatiza a colaboração entre atores urbanos por meio de parcerias público-privadas, já que “a definição de um “Projeto de Futuro” só será eficaz se mobilizar, desde o seu momento inicial, os atores urbanos públicos e privados” (CASTELLS e BORJA, 1996 apud SILVA, 2012). Essas parcerias, contudo, são alvo de

críticas, pois o modelo de gestão público-privada tem causado mudanças significativas e questionáveis na atuação dos governos municipais, particularmente em relação à prioridade na alocação de recursos e compromisso na execução de políticas, com uma tendência crescente à mercantilização das dinâmicas urbanas (SÁNCHEZ, 1999 apud SILVA, 2012).

Segundo Harvey (1996), o foco das parcerias público-privadas está mais voltado para o desenvolvimento econômico e os empreendimentos imobiliários especulativos do que para a melhoria das condições locais. Marcelo Lopes de Souza (2004) reforça essa crítica, observando que, muitas vezes, o Estado arca com os custos e riscos, enquanto o setor privado se beneficia da gestão e dos lucros. O argumento de que a geração de empregos e o aquecimento da economia local justificariam tais parcerias é considerado frágil. (SILVA, 2012)

O modelo em questão, que se espalhou globalmente, argumenta que um governo local eficaz deve ser um "promotor" para enfrentar desafios urbanos e desenvolver um projeto de cidade. Para superar crises, esse governo deve atuar como um agente privado, promovendo a cidade tanto interna quanto externamente. A promoção interna é crucial para fomentar um sentimento de pertencimento e participação civil entre os habitantes, apoiando-se em iniciativas visíveis que melhorem a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população. (SILVA, 2012)

O modelo de planejamento estratégico, pautado na parceria público-privado, apresenta uma fatal contradição quanto à participação popular na construção do espaço urbano. A mera aceitação de um projeto já consolidado não implica em verdadeira participação do povo, ainda mais diante do balizamento de opiniões exercido pelos grupos de influência através do *city marketing*. (SILVA, 2012)

O planejamento estratégico se baseia no paradigma de recortar um território e dotá-lo de características para que ele seja capaz de atrair investimentos da iniciativa privada. Um desses investimentos é da área de tecnologia, representante do setor terciário moderno, e um recorte territorial privilegiado é o dos centros históricos, por conter uma porção de passivos imobiliários que merecem atenção e o setor terciário é a forma de atividade econômica que tem possibilidade para atuar nos sítios históricos sem causar danos ao patrimônio.

O setor terciário econômico moderno, particularmente os serviços modernos de tecnologia, desempenha um papel central na economia contemporânea, especialmente nos grandes centros urbanos. Ele não só é o setor com maior potencial de lucro e rentabilidade, mas também tem ampla facilidade de se inserir nas diretrizes de ASG (Ambiental, Social e Governança), entrando em conformidade com os preceitos fundamentais de implementação de

políticas públicas. Ainda, se insere em posição de destaque no desenvolvimento de novos postos de trabalho, empregando mão de obra altamente qualificada, além de atuar como um poderoso fator de desenvolvimento econômico, mudando a dinâmica das cidades e influenciando diretamente o planejamento urbano.

Os centros históricos são áreas urbanas que, ao longo do tempo, acumulam um grande volume de passivos imobiliários, uma vez que a manutenção e estado de preservação dos imóveis, majoritariamente representados por imóveis antigos, compõem apenas gastos para administração, normalmente ignorados. Apesar desse cenário de abandono, esses espaços possuem um valor simbólico e estratégico para as cidades, não apenas pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural, mas também pela localização central, geralmente dotada de amplo acesso à infraestrutura urbana.

Com a expansão do setor terciário há uma mudança significativa no uso do solo urbano, onde prédios antigos são requalificados para abrigar empresas de tecnologia, coworkings, centros de inovação, entre outros. Esse processo, ainda que altamente custoso para requalificação das edificações dentro das normas estabelecidas, é altamente lucrativo para as empresas e investidores imobiliários, que encontram nesses espaços um mercado em crescimento, impulsionado pela valorização do conhecimento e da inovação.

A combinação dos polos de tecnologia com centros históricos como parte do setor terciário é uma estratégia poderosa para promover a revitalização urbana e o desenvolvimento econômico sustentável. No entanto, para que esse modelo seja realmente inclusivo, é fundamental que as políticas públicas garantam a participação das comunidades locais e evitem processos de exclusão, garantindo que os benefícios da transformação tecnológica e econômica sejam amplamente distribuídos. Com a redemocratização ocorre a proposta de um planejamento participativo, mas o que acontece de fato é a captura pelo planejamento estratégico

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO BAIRRO DO RECIFE

Como discutido no capítulo anterior, o planejamento estratégico se fundamenta na escolha de um recorte territorial privilegiado, onde os serviços são prestados de maneira exemplar e os investimentos públicos se concentram com o intuito de atrair capital privado. Neste contexto, este capítulo será dedicado a explicar como o Bairro do Recife se transformou nesse território estratégico para o planejamento urbano. O objetivo deste capítulo é caracterizar o desenvolvimento do Bairro do Recife, localizado no Centro Histórico da cidade, inserido em um contexto de capitalismo periférico no Nordeste do Brasil, marcado por crises econômicas no período pós-redemocratização. A análise abrangerá a evolução dos marcos legais e a consolidação do bairro, ao final da década de 1980, como um espaço privilegiado para a implementação de um planejamento estratégico pautado em parcerias público-privadas, com ênfase na atração de investimentos privados. Para isso, no item 3.1, será apresentada uma retrospectiva histórica do Bairro do Recife, incluindo a recuperação dos marcos legais e a discussão sobre a preservação patrimonial. Já no item 3.2, abordaremos o Porto Digital, explorando seu contexto de fundação, sua atuação e o histórico de desenvolvimento e governança, assim como seu papel no desenvolvimento urbano do Bairro do Recife.

Várias são as referências relevantes para compreender o Bairro do Recife, mas sob o risco de não ser repetitivo, e considerando que tais aspectos já foram tratados primorosamente por trabalhos anteriores, para que esse trabalho consiga explorar o momento contemporâneo de mudança do posicionamento do Porto Digital em relação ao Planejamento Urbano, vale ressaltar os trabalhos de Marques (2021), Simas (2020) e Fernandes e Lacerda (2023, 2019 e 2015).

A década de 1990 marcou uma virada no planejamento urbano do Recife, com a ascensão de um novo modelo de gestão urbana. A busca por investimentos e a valorização do mercado imobiliário impulsionaram um modelo de planejamento estratégico e empreendedor. Essa nova abordagem, porém, coexistiu com o tradicional planejamento participativo e na busca por uma cidade mais justa e equitativa. A tentativa de conciliar esses dois modelos distintos gerou tensões e desafios para a gestão municipal, que se viu diante da necessidade de articular interesses muitas vezes conflitantes. Essa dualidade se manifestou na dificuldade de conciliar os princípios do planejamento estratégico e do empreendedorismo urbano com as demandas por um planejamento mais democrático e inclusivo.

Dentro desse contexto, os governos estadual e municipal se uniram para eleger o Bairro do Recife como área estratégica para atração de investidores. Culminando no Plano de Revitalização do Bairro do Recife de 1992 (PRBR), que tinha por objetivo transformá-lo em

um centro regional de serviços modernos, comércio, lazer e cultura, para a população local, além de um polo turístico de relevância nacional e internacional. Os esforços iniciais focaram em estabelecimentos como bares e restaurantes, porém devido a falta de demanda gerada por outras atividades no bairro, muitos fecharam no final da década de 1990. (FERNANDES e LACERDA, 2015)

Durante a gestão municipal de 1993-1996, diferente do que ocorreu na gestão anterior de Jarbas, em que setores de centro-esquerda detinham o domínio político do governo, abrindo espaço para promoção de um projeto de caráter descentralizador, democrático e popular, na segunda gestão houve um afastamento significativo desses setores devido às novas alianças políticas. O “Ativismo Democrático” passou a ceder espaço para o “Empreendedorismo Urbano”. A condução dessas ações estratégicas ficou a cargo dos núcleos administrativos vinculados aos grupos políticos partidários e aos setores representantes das elites locais. (LEAL, 2003, p. 265-267)

A abordagem de Planejamento Estratégico, que começou a ser implementada na gestão de 1993-1996, foi consolidada durante o período de 1997-2000 com a criação do Plano Estratégico do Recife – Projeto Capital, que embora não tenha sido implantado, refletia total adesão aos princípios da globalização e serviu de modelo e referência para outras ações. Ao adotar a lógica competitiva global, o projeto define áreas prioritárias para aplicação dos recursos públicos, levando o poder público a assumir uma estratégia em focos, como em uma empresa privada. (BITOUN, 2001 apud NUNES, 2013)

As secretarias de Turismo e Esportes, Planejamento e Infraestrutura ficaram encarregadas de liderar a promoção do empreendedorismo no município. A Secretaria de Infraestrutura, por meio da URB-Re e da EMLURB, atuou na execução de projetos estruturadores. A SEPLAN assumiu a implementação da política de desenvolvimento urbano para o município, através do Plano Diretor e do Programa Estruturador, e a Secretaria de Turismo e Esportes concentrou-se em promover o “*City Marketing*” para a cidade. (LEAL, 2003, p. 267)

O Projeto Capital identificou áreas estratégicas para Recife, resultando na criação de duas Áreas Temporárias de Reurbanização: a do Polo de Saúde da Ilha do Leite (Lei nº 16.477/99) e a do Cais José Estelita (Lei nº 16.550/2000). No caso do Cais José Estelita, que havia passado por intervenções estéticas anteriores, o plano de reurbanização não avançou significativamente, em parte devido à falta de prioridade por parte da gestão pública. Posteriormente, a área, pertencente à antiga Rede Ferroviária Federal, foi vendida e transformada no projeto imobiliário "Novo Recife".(NUNES, 2013)

O Projeto Porto Digital se enquadra nesse contexto como um exemplo de planejamento estratégico urbano no Recife, inspirado em iniciativas internacionais de revitalização urbana e desenvolvimento econômico. O projeto, criado nos anos 2000, foi fundamental para a recuperação do Bairro do Recife, antes em decadência, transformando-o em um polo de tecnologia e economia criativa. Esse processo seguiu a lógica de atração de investimentos privados e parcerias público-privadas, semelhante às intervenções de revitalização de *waterfronts* em cidades como Baltimore e Boston, promovendo desenvolvimento econômico e inovação.

3.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO BAIRRO DO RECIFE

No início do século XX, o Bairro do Recife, embora fosse o centro econômico da cidade, com intensa atividade comercial açucareira e de grandes importações, já apresentava sinais de degradação. Esse cenário de importância econômica coexistente ao de deterioração urbana gerou uma demanda por intervenções. Inserido no contexto do Projeto Nacional de Modernização, o bairro foi alvo de intervenções ambiciosas, como o de Melhoramentos do Porto do Recife e o Plano de Saneamento do Recife de Saturnino de Brito, essas iniciativas que justificaram-se pela busca por modernização, eficiência portuária e salubridade desencadearam um processo de reforma mais amplo. O Plano de Reforma do Bairro do Recife, propôs um conjunto de intervenções radicais, seguindo a tendência nacional, a visão de “tábula rasa” foi incorporada ao planejamento urbano, com desapropriações de imóveis, abertura de novas vias e alargamento de outras. A reforma apresentou um teor higienista e defendeu a melhora da mobilidade urbana, reconfigurando significativamente a paisagem do centro histórico, sob a justificativa da saúde pública e estética moderna. (LUBAMBO, 1991, p. 20 apud MARQUES, 2021; LACERDA e FERNANDES, 2015)

A reforma urbana do Bairro do Recife ocorreu entre 1910 e 1913, após as obras de reaparelhamento do porto, em 1909, o projeto representou um marco na transformação da cidade. Inspirada no modelo *haussmaniano*¹, a intervenção teve por objetivo modernizar o porto e o entorno, resultando na demolição quase completa do antigo bairro portuário, para dar lugar a avenidas e ruas largas. A radical transformação urbana, além de destruir parte substancial do patrimônio histórico, provocou profundas mudanças na dinâmica populacional e na distribuição das atividades urbanas. (MARQUES, 2021)

¹ O modelo *haussmaniano* refere-se ao estilo de planejamento urbano implementado em Paris durante o século XIX sob a liderança do Barão Georges-Eugène Haussmann, a reforma transformou profundamente a cidade de Paris, tornando-se um marco no urbanismo moderno.

Segundo Lubambo (1991), a população do Bairro reduziu-se drasticamente, passando de 13.204 habitantes para apenas 5.146, de 1910 a 1913. Com a reforma, o bairro perdeu sua função administrativa e cultural, essas atividades foram transferidas para o bairro de Santo Antônio, o bairro de São José consolidou-se como centro comercial e popular, já o bairro da Boa Vista recebeu habitações das classes média e alta, enquanto os mais pobres foram realocados para áreas alagadas, construindo habitações precárias como mocambos e palafitas. (SOUZA e FALCÃO NETO, 1985 apud LACERDA e FERNANDES, 2015).

Em 1913, os mocambos já representavam 43,3% dos imóveis da cidade, e em 1939 esse número alcançou os 63,7%, totalizando 45.581 edificações. O governo de Agamenon Magalhães implementou uma política de combate aos mocambos, essa se tornou uma das principais linhas de ação do Estado Novo em Pernambuco, não apenas por suas preocupações individuais, mas para atender aos desejos da Igreja Católica e criar uma contraposição à ampliação do Partido Comunista. Entre 1939 e 1945 registrou-se a destruição de 13.355 mocambos, paralelamente a isso ocorria a construção de vilas habitacionais, destinadas às entidades profissionais e corporativas e aos profissionais não organizados que estavam sendo desalojados. (MELO, 1982, p.264 e 272 apud PONTUAL,1998)

A reforma urbana implementada no Bairro do Recife foi marcada por uma profunda desigualdade social. Em um primeiro momento, as camadas mais pobres foram expropriadas de seus territórios, dando lugar a uma valorização imobiliária que veio, em um segundo momento, beneficiar as classes mais altas. Essa transformação sociocultural, que acompanhou uma completa descaracterização física da origem da cidade, só foi possível graças ao apoio do Estado, que colocou seu aparato jurídico e financeiro a serviço dos interesses do capital. (LUBAMBO, 1991, p. 123-125 apud MARQUES, 2021).

Envolvendo a articulação entre os três níveis de governo, o projeto teve a participação da municipalidade através da construção de uma opinião pública majoritariamente favorável à reforma. A administração das obras se deu na instância federal e o Estado de Pernambuco foi responsável por executar as obras, além de assumir a postura de facilitador, criando e articulando diversos dispositivos para, por exemplo, autorizar as muitas desapropriações, realizando num curto espaço de tempo a remodelação do Bairro e do porto do Recife. (LUBAMBO, 1991, p. 103-108 apud MARQUES, 2021).

A Reforma Urbana, ao concentrar recursos nas mãos do capital financeiro, fomentou um corporativismo local na construção civil. Construtoras, fornecedoras e prestadoras de serviço formaram um bloco de interesses que lucrou significativamente com a produção

urbana. Esse modelo, que beneficiou diretamente um grupo restrito, gerou um ônus desproporcional para a população de baixa renda, que viu seus impostos aumentarem e os serviços públicos deteriorarem-se, em um processo semelhante ao arrocho salarial, com aumento de impostos e taxas que visavam saldar a dívida pública. (LUBAMBO, 1991, p. 114-115 apud MARQUES, 2021).

No Recife, até a década de 1970, existia uma tradição muito forte na área do planejamento urbano. No final do século XIX e início do século XX, foram elaborados planos e propostas para a cidade e partes dela, partindo da perspectiva do Higienismo e do Embelezamento. O ano de 1936 é marcado pela primeira proposta de regulação urbanística, com o Regulamento das Construções e sua proposta de zoneamento da cidade. (NUNES, 2013)

Na década de 1950, em um contexto marcado por uma visão tradicionalista de planejamento urbano, o estudo de Antônio Bezerra Baltar se destacou por sua abordagem inovadora. Ao defender o pleno emprego dos recursos naturais e urbanos e adotar uma perspectiva humanista, Baltar antecipou discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento urbano sustentável e planejamento regional, a partir de uma lógica metropolitana. (FIDEM, 1987 apud NUNES, 2013)

Em 1956 foi criada a Comissão de Estudos e Planejamento do Recife (CEPRE). A partir dos anos 1960 e 1970, as propostas se apresentavam dentro da perspectiva do planejamento regulatório, com uma abordagem mais técnica e racional. A criação de diversos planos e legislações, como a Proposta de uma Política de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (1961), a instituição do Código de Obras e Urbanismo – Lei 7427/61 e o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1967/1971), demonstram a crescente preocupação com o planejamento urbano da cidade. Posteriormente, no ano de 1983, a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) com características funcionalistas, consolidou essa abordagem que buscou racionalizar o crescimento urbano. (NUNES, 2013)

“Nesse período, no Brasil e Recife, o planejamento urbano, do ponto de vista substantivo, referia-se à organização espacial; do ponto de vista processual, era um planejamento técnico” (NUNES, 2013) No entanto, esses planos, elaborados em um contexto autoritário, eram frequentemente centralizados e pouco participativos, privilegiando as necessidades das elites econômicas.

Ainda com o predomínio da organização espacial, pensava-se, também, em abranger as áreas econômicas e sociais dentro da perspectiva de um planejamento mais abrangente, que teve início na década de 1960 com os Planos de Desenvolvimento Integrado. Esse processo

foi fortalecido ao longo da década de 1970 com a institucionalização das regiões metropolitanas (1973). Logo após, em Pernambuco, foi instituída a FIDEM – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (1975), que elaborou nesse mesmo ano o Plano de Desenvolvimento Integrado da RMR e a partir deste diversos planos diretores de desenvolvimento setorial. (NUNES, 2013)

O Plano de Preservação do Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH-RMR) elaborado em 1978 pela FIDEM (Fundação de Desenvolvimento da RMR) representa um marco, sendo a primeira iniciativa de proteção de áreas históricas da cidade, vem como uma resposta ao avanço da destruição patrimonial na RMR. Foram estabelecidas 109 Zona de Proteção, e o Bairro do Recife foi categorizado como “Conjuntos Antigos”. Cada Zona de Proteção foi dividida em dois níveis de intervenção, Zona de Preservação Rigorosa (ZPR), onde localizava-se maior parte dos monumentos, e Zona de Proteção Ambiental (ZPA), que tinha por objetivo amenizar o impacto entre as ambiências. (MARQUES, 2021)

Incorporando o plano metropolitano, o município elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife (PPSH-Recife), instituído pela Lei nº 13.957 de 1979. O Decreto nº 11.692 de 1980 instituiu a Zona de Proteção do Bairro do Recife, na posição 09, o território foi dividido em duas ZPR envolvidas por uma ZPA, subdividida em sete setores, que se diferenciavam pelo gabarito máximo permitido.

Figura 2: Bairro do Recife - setorização da Zona de Preservação 09 pela Lei 13.957/1979



Fonte: PPSH/RECIFE. Mapa tratado por Marques, 2021

Foi só na nova LUOS de 1996, que as ZEP (Zonas Especiais de Preservação, nomenclatura da LUOS de 1983) passaram a ser Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), “realizando um importante avanço no que diz respeito ao aparato

instrumental que, ao incluir o termo “cultural”, passou a reconhecer os valores imaterial e da paisagem como atributos dos sítios históricos.” (MARQUES, 2021)

Para Zanchetti (1995), a aprovação da lei do PPSH-Recife e sua implementação foi favorecida pela mudança radical do padrão de localização das atividades econômicas nessa época. O marco em termos de depreciação imobiliária ocorreu quando o Centro Histórico do Recife (CHR) foi excluído da agenda da promoção de compra e venda de imóveis novos, que eram incentivadas, desde o início da década de 1970, pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). Tem-se início uma nova dinâmica espacial na cidade, impulsionando um processo de descentralização das atividades “nobres”, tradicionalmente localizadas no CHR, em direção ao bairro do Boa Viagem, especialmente com a inauguração do Shopping Center Recife (1980). Com isso, parte significativa dos moradores do CHR acompanhou a tendência de expansão imobiliária. (LACERDA e FERNANDES, 2015). Ocorreu, portanto, um deslocamento espacial do interesse do mercado imobiliário, permitindo que o legislativo sancionasse a normativa sem grandes resistências deste mercado. (MARQUES, 2021)

De modo contraditório, os mesmos fatores que ajudaram a designar o Bairro do Recife como ZEPH (1979), também contribuíram para acelerar a deterioração física do sítio histórico. A ausência de interesse do mercado imobiliário, diante das novas exigências, resultou na estagnação da dinâmica construtiva e de reformas no conjunto edificado. Além disso, houve a inauguração do Porto de Suape (1983) que se tornou o principal porto e reduziu drasticamente as atividades no Bairro do Recife. Diante desse cenário, o CHR foi rapidamente ocupado por novos usos comerciais – varejistas, de serviços especializados para comércio ambulante e informal e serviços pouco especializados – refletindo na redução da vitalidade social e econômica da região (ZANCHETTI, 1995, p. 103 apud MARQUES, 2021)

O Recife, conhecido por sua forte capacidade de organização e mobilização popular, possui uma longa história de luta por direitos e políticas públicas. A cidade possui grande número de organizações e movimentos sociais que, desde o período autoritário, atuam em diversas instâncias de poder, reivindicando os direitos sociais urbanos e influenciando na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. Um exemplo emblemático é a criação do PREZEIS, um plano pioneiro de regularização fundiária para Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que originou-se no Recife, instituídas por decreto em 1979 e regulamentadas pela LUOS em 1983, sendo um forte instrumento de regularização urbanística adotado nacionalmente, que veio a se tornar diretriz federal com o Estatuto da Cidade. (NUNES, 2013)

Na década 1980, a conjuntura urbana do centro foi motivo de preocupação da gestão pública, devido à crescente mobilização social em torno do ordenamento territorial. Durante esse período o Bairro do Recife se destacou na mídia por conta do aumento da criminalidade, o Centro do Recife, de maneira geral, era visto pela opinião pública como uma das áreas mais problemáticas da cidade, principalmente devido à ocupação irregular do comércio ambulante. Essas questões contribuíam para a falta de “vida urbana”, reforçando a imagem estigmatizada da região como uma zona “marginal” e perigosa. (ZANCHETTI, 1995, p. 103 apud MARQUES, 2021).

Para enfrentar a degradação urbana na área central, a Prefeitura do Recife, sob gestão de Jarbas Vasconcelos (1985-1988), elaborou um estudo para orientar a atuação do poder executivo nessa zona. Esse estudo caracterizava o centro como “o espaço complexo da cidadania, lugar em que nenhum grupo social possa impor unilateralmente o seu domínio”, reafirmando o compromisso da administração com as camadas populares e grupos sociais de menor renda, que foram os principais apoiadores durante a campanha eleitoral (ZANCHETTI, 1995, p. 103 apud MARQUES, 2021).

No fim da década de 1980 e com o processo constituinte, a retomada do movimento pela Reforma Urbana representou um momento de transformação para o planejamento urbano. Criou-se a expectativa de sair de um planejamento racional, tecnocrático, elitista e excludente, para um planejamento mais democrático e inclusivo, que incorporasse a participação popular. (NUNES, 2013)

O Recife elaborou seu plano diretor – PDCR, no período 1989/1991, com validade para 10 anos. O plano foi construído dentro dos ideais da Reforma Urbana, da democracia e das exigências legais de participação da sociedade. Mas não levou em conta as relações de poder, e durante o processo de tramitação no legislativo o plano sofreu grandes alterações, descaracterizando-se totalmente, principalmente, com relação aos índices urbanísticos. (NUNES, 2013)

Ainda que o Plano Diretor do Recife (PDCR) tenha representado um importante marco para o planejamento urbano da cidade, sua implementação foi marcada por diversas dificuldades e ausência de acompanhamento. Sua contribuição se deu, majoritariamente, com a elaboração dos instrumentos urbanísticos, durante a década de 1990, visto que era necessário atualizar toda a legislação urbanística já existente. Ou seja, o foco permaneceu sendo o planejamento regulatório com ênfase na organização territorial. (NUNES, 2013)

Embora o Plano Diretor do Recife demonstrasse preocupação com sua própria implementação, ao instituir um capítulo para Sistema de Planejamento e Gestão, a

fragmentação institucional que tradicionalmente impera na administração pública, como apontado por Leal (2003), impediu a efetivação de suas diretrizes. A ausência de ações estratégicas, somada à execução dispersa e desigual de projetos, resultou em uma implementação parcial e ineficiente do plano. (NUNES, 2013)

3.2 A CRIAÇÃO DO PORTO DIGITAL

A história do Porto Digital começa a se desenhar ainda no final da década de 1960, quando existiam duas grandes empresas em Pernambuco, IBM e Borus, fazendo uso de maquinário de tecnologia, mão de obra qualificada e serviços em geral, e para tal necessidade havia a formação de técnicos. (HORIGUCHI e PEREIRA, 2009)

Entre as décadas de 1970 e 1980, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ofereceu bolsas de estudos para que alunos realizassem seus mestrados e doutorados no exterior, com o compromisso de retornarem à universidade e compartilharem seus conhecimentos. Em 1973, a UFPE lançou um curso de mestrado em informática, ministrado por esses ex-bolsistas, e, em 1975, iniciou um curso de bacharelado na mesma área. Essa estratégia priorizou a formação de longo prazo, focando na qualificação avançada antes da criação de um curso de graduação. (HORIGUCHI e PEREIRA, 2009)

A cena tecnológica do Recife nos anos 1980 foi moldada por um conjunto de fatores. A demanda por soluções avançadas de tecnologia da informação de empresas como Paes Mendonça e Banorte impulsionou o desenvolvimento do setor. Um ponto de inflexão foi a aquisição do Banorte pelo Banco Bandeirantes, que resultou na demissão de profissionais altamente qualificados. Muitos desses profissionais fundaram pequenas empresas de informática, impulsionando o crescimento do setor de TI na cidade, que se tornou um centro de serviços para mercados de fora. Com a formação de capital humano, que iniciou-se na década de 1960, as empresas locais foram se desenvolvendo. Paralelamente formava-se um mercado para inovação, através da forte relação entre a UFPE e as empresas. (HORIGUCHI e PEREIRA, 2009)

Na década de 1990, surgiram iniciativas para apoiar o desenvolvimento de novas empresas. No Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) foi criada, em 1990, a primeira incubadora do estado, a Incubatep, com o objetivo de fomentar empreendimentos no setor de informática. Entre 1994 e 1995 foi estabelecido o Programa Brasileiro de Softwares para Exportação (SOFTEX) que visava agrupar empresas desse setor. Um dos núcleos do SOFTEX foi implementado no Recife, com o objetivo de institucionalizar as empresas locais e promover a troca de contatos entre elas. (HORIGUCHI e PEREIRA, 2009)

Apesar dos esforços, entre 50% e 75% dos formandos migravam para outras regiões em busca de melhores oportunidades de emprego e desenvolvimento profissional, resultando na fuga de mão de obra qualificada. Gerando um impacto negativo, pois o retorno esperado sobre o investimento na capacitação desses profissionais não se concretizava. Para combater a evasão e reter talentos, foi criado em 1996, o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R.) na UFPE. O C.E.S.A.R. surgiu como uma incubadora de projetos, com a intenção de atrair desafios complexos que mantivessem o interesse dos formandos, garantindo a retenção de capital humano na região e incentivando a atração de empresas de tecnologia da informação (TI), além de promover o desenvolvimento regional, o engajamento local e o empreendedorismo. Com o passar do tempo o C.E.S.A.R. expandiu suas atividades, passando de incubadora de projetos, para ser também gestor, oferecendo soluções tecnológicas para o mercado. (HORIGUCHI e PEREIRA, 2009)

As estratégias do Plano de Revitalização para o Bairro do Recife foram então reformuladas com base nas oportunidades criadas pela colaboração entre acadêmicos, gestores públicos e a iniciativa privada, que se uniram para implantar um parque tecnológico na cidade. Esse esforço resultou no Projeto Porto Digital (PPD), lançado em 2000, que representou um marco da nova economia baseada em setores criativos e inovadores, característicos da acumulação globalizada. A iniciativa inaugurou um “novo ciclo de valorização rentista” no Bairro do Recife. (FERNANDES e LACERDA, 2015). Estruturado como uma política pública estadual através de um arranjo institucional, sob a forma da Tríplice Hélice, o PPD uniu as esferas pública (municipal, estadual e federal), privada (empresas TIC) e acadêmica (pesquisadores e professores da UFPE).

As propostas iniciais de uma economia de aglomeração voltada para TIC foram desenvolvidas no Centro de Informática da (CIn) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com base no conceito da Tríplice Hélice. Com objetivo de atrair empresas, fomentar o desenvolvimento tecnológico e criar oportunidades de emprego para reter os egressos da universidade. Inicialmente considerou-se implantar essa proposta dentro do campus da universidade, mas o projeto evoluiu, o Porto Digital viu no ambiente construído do Bairro do Recife uma oportunidade para a espacialização de um *cluster* criativo. A escolha do sítio histórico para a implantação do setor de tecnologia e inovação foi influenciada pela disponibilidade de imóveis desocupados e pela infraestrutura básica já instalada na região. Excetuando-se a favela do Pilar, toda a área dispunha de acesso aos serviços essenciais, como abastecimento de água, energia elétrica e rede de esgoto, o que tornou o local atrativo para o projeto. (FIDEM, 2001 apud MARQUES, 2021; SIMAS et al., 2020).

A escolha do Bairro do Recife para sediar o parque tecnológico foi influenciada pela deterioração econômica prolongada que a região enfrentava, intensificada pela migração de empresas para o novo distrito de negócios em Boa Viagem. Esse deslocamento resultou no declínio do antigo centro comercial, provocando a desvalorização imobiliária da área, que incluía tanto o ambiente construído quanto o patrimônio histórico, tornando o bairro uma localização estratégica para o processo de revitalização e inovação. (LACERDA E FERNANDES, 2015)

Nesse período, o Bairro do Recife passava por um processo de gentrificação voltado ao turismo e entretenimento, o que causou a saída de parte da população original (LEITE, 2006; MORIM DE MELO, 2003 apud SIMAS et al., 2020) Porém, o processo de revitalização do bairro enfrentou dificuldade em atrair novos moradores que ocupassem e reformassem os imóveis históricos. O projeto de criação de um parque tecnológico, associado à revitalização do sítio histórico, teve maior aceitação da entrada de empresas para custear a recuperação de imóveis, visto que o custo por metro quadrado de escritórios é maior do que o residencial, esse processo contribuiu para gentrificação do bairro, através da manipulação de sua identidade, da valorização imobiliária, do êxodo de parte da população original e de baixa renda e da entrada de nova população, principalmente trabalhadores nas empresas privadas que se implantaram ali. (SIMAS et al., 2020)

O projeto de criação de um sistema local de inovação foi bem recebido por acadêmicos, setores privados e públicos, e especialmente pelo governador Jarbas Vasconcelos (1999-2006), que durante sua gestão como prefeito do Recife (1993-1996), foi um dos responsáveis pela implantação do Plano de Revitalização do Bairro do Recife. Em 2000, Jarbas instituiu a política estadual do Porto Digital, com o objetivo de posicionar Pernambuco no cenário tecnológico global e contribuir para a revitalização econômica e urbana do bairro. (Simas et al., 2020)

O Porto Digital recebeu um aporte inicial do Governo de Pernambuco de R\$33 milhões² em recursos para implementação de infraestrutura e recursos necessários para sua operação, Além disso, empresas de telecomunicações investiram R\$1 milhão³ e empresas privadas fizeram um investimento de R\$10 milhões⁴. Recebeu também a concessão de edifícios desocupados pertencentes ao Estado, aplicando parte dos recursos no restauro dos imóveis históricos, mantendo suas características arquitetônicas originais e reforçando a infraestrutura

² R\$136.874.367,30 de acordo com a correção do IPCA-IBGE para o ano de 2024.

³ R\$4.147.708,10 de acordo com a correção do IPCA-IBGE para o ano de 2024.

⁴ R\$41.477.081,00 de acordo com a correção do IPCA-IBGE para o ano de 2024.

elétrica e de rede, assegurando acesso à energia e internet de qualidade para as empresas instaladas. A renda gerada pelos aluguéis dos imóveis tornou-se o principal meio de sustentação financeira do NGPD. (SANTOS, 2023)

Antes de abordar com foco o período a partir de 2010, é importante destacar alguns eventos na linha do tempo do desenvolvimento e atuação do Porto Digital na década de 2000.

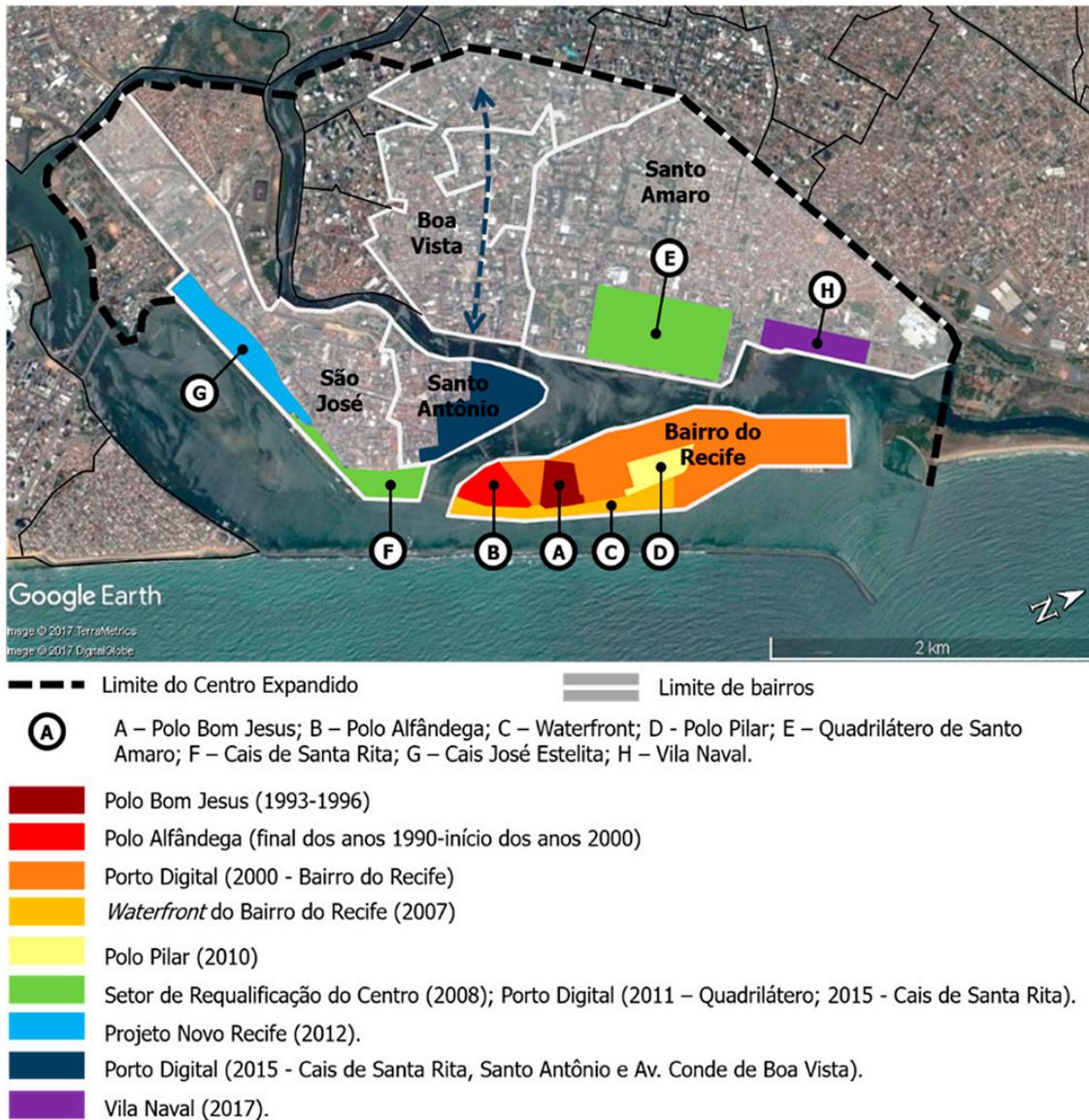
A Prefeitura da Cidade do Recife, com o objetivo de atrair empresas ao Porto Digital, foi lançando algumas estratégias, uma delas é a criação da Lei Municipal nº 17.244 de 2006, que permitiu a redução de 60% na alíquota do Imposto Sobre Serviços, caindo de 5% para 2%, para empresas instaladas dentro do território do Porto Digital, no Bairro do Recife.

A visão empreendedora, combinada ao esforço conjunto dos líderes do projeto e o apoio do governo estadual e municipal, foi essencial para sua implementação nos primeiros anos. Elementos fundamentais como a captação de recursos para projetos de Pesquisa e Desenvolvimento via Lei da Informática, a infraestrutura da fibra ótica, incentivos fiscais, concessão de edifícios públicos, além de estratégias de publicidade permanente, contribuíram para o sucesso da instalação do parque. (FERNANDES e LACERDA, 2019)

No início o NGPD explorou uma nova vertente de gestão imobiliária. A partir de 2006, no final da gestão de Jarbas Vasconcelos, a antiga sede do Bandepe foi cedida à OS para locação a empresas, gerando renda para sua sustentabilidade e visando garantir sua sobrevivência na mudança de gestão política. Outros imóveis foram também adquiridos ou cedidos, resultando em uma área de 33.685 m² sob sua gestão (24.037 m² deles em concessão estadual e os restantes 9.648 m² em sua propriedade). Em 2011, a receita imobiliária representava 58,2% dos recursos da OS. (NGPD, 2011; ALBUQUERQUE e LACERDA, 2017 apud SIMAS et al., 2020)

Em relação ao planejamento urbano, o NGPD assumiu crescente protagonismo. Em 2006, o Porto Digital foi um dos líderes do Projeto Urbanístico Recife-Olinda, uma iniciativa conjunta entre as prefeituras de Recife e Olinda, o governo do estado e a empresa pública portuguesa Parque Expo. “A proposta tratou o *waterfront* portuário (terrenos públicos em sua maioria) como um negócio de porte, projetando-se largamente, como tabula rasa, um novo bairro adensado com uso misto, novas conexões (pontes) e novo terminal marítimo.” (SIMAS et al., 2020) Ainda que a proposta não tenha sido implementada, várias de suas ideias originaram projetos polêmicos cujo conjunto pode ser observado na Figura 3, abaixo.

Figura 3: Mapeamento das principais intervenções no Centro Expandido do Recife



Fonte: Simas et al., 2020

Em 2007, foi elaborado o Projeto Porto Novo Recife para candidatura à cidade-sede da Copa do Mundo de 2014, que resultou, no Bairro do Recife, na consolidação do *waterfront* portuário como espaço de entretenimento e turismo, assim como na expulsão, em 2008, das 54 famílias da Comunidade Silveira Pescado no Cais de Santa Rita.

Em 2008, a Prefeitura criou, com a Lei n. 17.489, a Zona Especial de Centro Principal (ZECP), delimitando setores, com os maiores incentivos urbanísticos (coeficiente de aproveitamento e taxa de ocupação) no Cais de Santa Rita e no “Quadrilátero” de Santo

Amaro. Ainda nesse ano, o Porto Digital foi reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior como um Acordo Produtivo Local (APL). O Plano de Desenvolvimento desse APL de Tecnologia de Informação e Comunicação foi fundamentado no Plano Estratégico do Porto Digital, que havia sido implementado no segundo semestre de 2006, após aprovação pelo Conselho Consultivo do NGPD. Este plano tem como principal objetivo o fortalecimento e qualificação das empresas do ecossistema, proporcionando-lhes melhores condições de acesso aos mercados nacional e internacional, com foco no aumento da competitividade. (NGPD, 2008)

3.2.1 Caracterização da Governança do Porto Digital

Por governança compreende-se “um sistema composto por mecanismos e princípios que as instituições possuem para auxiliar a tomada de decisões e para administrar as relações com a sociedade, alinhado às boas práticas de gestão e às normas éticas, com foco em objetivos coletivos.” (BRASIL, 2023). Esse item tem como objetivo caracterizar a governança do Porto Digital, destacando as interfaces, os agentes relacionados e como as conexões acontecem.

Desde a década de 1990, o poder público tem desenvolvido uma estrutura jurídica para legitimar a atuação de entidades privadas no interesse público. Um marco dessa construção foi a Lei Federal nº 9.637 de 1998, que resultou da reforma do Estado. Essa lei permite que organizações privadas sejam qualificadas como Organizações Sociais (OS), desde que atuem em áreas de interesse coletivo, como ciência e educação, e firmem contratos de gestão para o uso de recursos públicos, fortalecendo a colaboração entre governo e setor privado. (ALBUQUERQUE e LACERDA, 2017)

A Lei nº 9.637, de 1998, estabeleceu em seu artigo 1º que é permitida a publicização de atividades voltadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, ou seja, atividades de interesse público, e proíbe a publicização de “atividades exclusivas de Estado, de apoio técnico e administrativo à administração pública federal, e de fornecimento de instalação, bens, equipamentos ou execução de obra pública, em favor da administração pública federal”. (BRASIL, 2023)

Pernambuco, alinhado com a reforma do Estado, criou o Sistema Integrado de Prestação de Serviços Públicos Não-Exclusivos, Lei Estadual nº 11.743 de 2000, alterada pela Lei nº 12.973 de 2005, que qualifica como OS entidades cujas atividades sejam dirigidas à promoção ou execução de atividades pública não-exclusivas, dentre outras destacam-se (i) a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, (ii) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, (iii) os estudos e

pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo e (iv) desenvolvimento e difusão científica e tecnológica.

O Porto Digital é gerenciado pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), uma empresa de natureza privada sem fins lucrativos. Fundada em dezembro de 2000, a associação foi qualificada pelo Estado como uma Organização Social em abril de 2001, para realizar atividades de interesse público.

Essa entidade adota o modelo de governança *Triple Helix*, que envolve a colaboração entre governo, empresas privadas e academia. Seu principal objetivo é desenvolver um ambiente de negócios competitivo e autossustentável, de nível internacional, focado na inovação e tecnologia, e revitalizar o Bairro do Recife. Sendo responsável por implementar o modelo de governança e projetos estruturadores e propiciar o melhor ambiente para as empresas “embarcadas”, fornecendo a infraestrutura e instalando incubadoras no Bairro do Recife.

Simas et al. (2020) destacam que essa governança tem sido muito dinâmica em razão de fatores como:

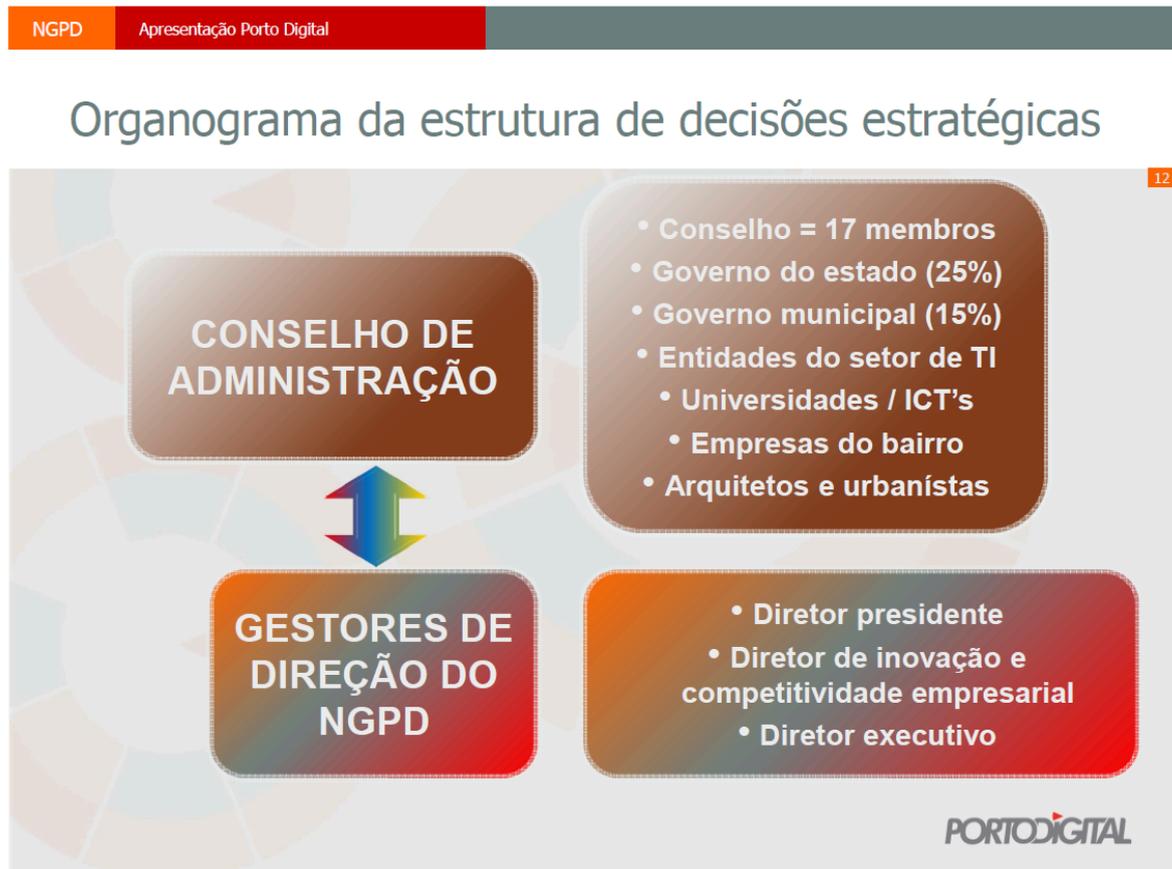
- I – sobrevivência a diferentes gestões políticas e momentos econômicos;
 - II – novas responsabilidades no ramo imobiliário e no planejamento urbano;
 - III – pela renovação constante de suas estratégias com base em conceitos em voga relativos ao debate sobre inovação ao longo das duas décadas decorridas.
- (SIMAS et al., 2020)

Segundo Albuquerque e Lacerda (2017), o Núcleo é responsável por gerenciar a instalação desse novo nicho econômico e, simultaneamente, liderar o processo de recuperação de imóveis patrimoniais abandonados, atendendo, a princípio, aos interesses públicos (geração de emprego e renda, desenvolvimento tecnológico e revitalização do patrimônio histórico).

Em uma das apresentações do Porto Digital realizada pelo NGPD, em 2013, foi apresentado o “organograma da estrutura de decisões estratégicas”, figura 3 abaixo, embora 10 anos desatualizado é possível a partir desse organograma ter uma noção de como se organiza a equipe de gestão do Porto Digital. onde destaca-se a existência de gestores de direção do NGPD, composto por diretor presidente, executivo e diretor de inovação e competitividade empresarial, além disso, existe também o conselho administrativo composto por 17 membros, sendo 25% deles do governo estadual, 15% do governo municipal e o restante dividido entre entidades do setor de TI, universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), empresas do bairro e arquitetos e urbanistas. Diante desses dados é

possível inferir que, ainda que representem apenas 40% dos membros do conselho, a parcela governamental de membros é suficiente para persuadir e ser maioria em votações de decisões estratégicas, o que leva a questionar a intenção por trás da criação de uma entidade não governamental para execução de atividades de interesse público.

Figura 4: Organograma da estrutura organizacional do NGPD - 2013



Fonte: NGPD (2013)

3.2.2 Atuação e Desenvolvimento do Porto Digital da fundação até 2015

Em 2010, o NGPD contabilizava 200 empresas “embarcadas”, que responderiam por mais de 5 mil empregos e um faturamento global da ordem de R\$1 bilhão. (FERNANDES e LACERDA, 2019)

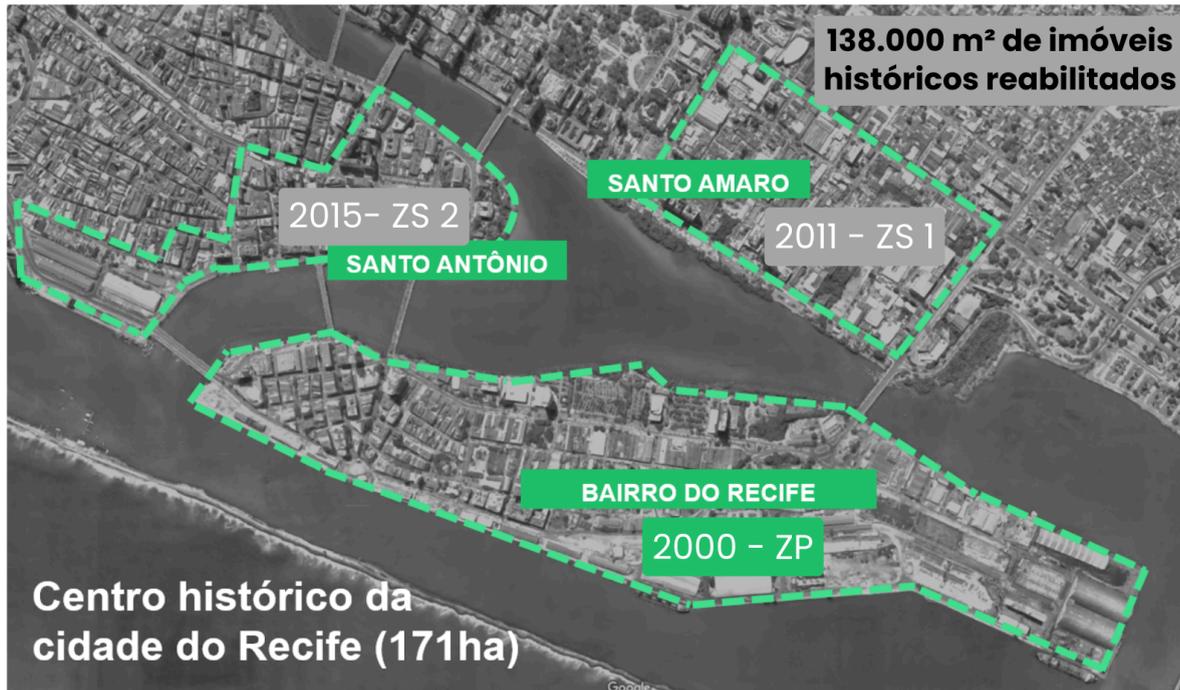
Entre 2009 e 2011, houve uma ampliação do escopo de atuação do Porto Digital, que até então se concentrava exclusivamente em Tecnologia da Informação e Comunicação (1ª onda - determinada por vocação), o foco foi ampliado por decisão estratégica, após pesquisas e consultas com mercado, governo e academia, para incluir também atividades de Economia Criativa (EC), dando início ao que foi chamado de 2ª onda. Em uma de suas apresentações institucionais o Porto Digital destaca que essa iniciativa justifica-se pela:

- Necessidade de expansão das ações e área de atuação do Porto Digital;
- Sinergia com TICs (vocação primária do Porto);
- Vocações pernambucanas para cultura e criatividade;
- Necessidade de fomentar a cadeia produtiva do setor de economia criativa do estado. (NGPD, p. 9, 2015)

A inserção da EC nas atividades do Porto Digital teve apoio do MCTI e parte da compreensão de que esse conceito resulta da junção entre cultura, tecnologia e negócios, de modo que estaria ocorrendo apenas uma “convergência conceitual e prática das artes criativas (talento individual) com indústrias culturais (escala de massa), no contexto das novas tecnologias de mídia (TICs)...” (HARTLEY, 2005 apud PORTO DIGITAL, 2015). O Centro de Empreendedorismo e Tecnologias da Economia Criativa, Portomídia, foi inaugurado em 2013. Esse braço do Porto Digital foi criado com o objetivo de consolidar Recife como um dos principais polos de suporte tecnológico para estruturação de seis cadeias de negócios sustentáveis nas áreas de *games*, cinevideoanimação, multimídia, *design*, fotografia e música. Para tal, a estrutura do Portomídia possui quatro núcleos funcionais: educação, empreendedorismo, experimentação e exibição. (NGPD, 2015)

Em 2011, ocorreu a expansão dos benefícios fiscais para incluir o “quadrilátero” de Santo Amaro (ZS 1 - Zona Secundária 1) e, em 2015 estendeu esses benefícios ao Cais de Santa Rita, uma parte do Bairro de Santo Antônio e aos lotes lindeiros da Avenida Conde da Boa Vista (ZS 2 - Zona Secundária 2).

Figura 5: Território do Parque Tecnológico Urbano do Porto Digital



Fonte: Porto Digital. Editado pela autora.(2024)

O Porto Digital chega a 2013 com 90 milhões investidos em requalificação imobiliária, estimulados pela sua fundação. Totalizando a revitalização⁵ de 50.000 m² e 27.000 m² com reformas em andamento, e mais 6 novos imóveis entre 2012 e 2014. Sua infraestrutura oferece apoio à produção e inovação através de imóveis empresariais, incubadoras, dois institutos de inovação, um centro de teste de software (SOFTEX) e um centro de tecnologias para a sustentabilidade (*ITgreen*). (NGPD, 2013)

A 3ª onda foi chamada de *MakerSpaces*, onde o objetivo é compreender: “como o conhecimento e competências em TICs e EC, com espaços e meios adequados, podem criar soluções, ou oportunizar negócios inovadores para outras áreas potenciais: A cidade e suas pessoas; A moda; A fruticultura; Outras ... *loading...???*” (NGPD, 2015)

Entre os programas desenvolvidos com foco na inovação e sustentabilidade nas cidades destaca-se o “*ITgreen*”. Esse programa é voltado para promoção do uso intensivo de TICs para o bem estar socioambiental, incentivando a cultura de RSE (Responsabilidade Sócio-Empresarial) nas empresas do Porto Digital. Além disso, promove o uso de TICs inovadoras para sustentabilidade ambiental, social e econômica das cidades, atuando nos seguintes eixos temáticos: formação para inclusão de jovens no mercado de trabalho; resíduos tecnológicos; acessibilidade digital e mobilidade urbana. Um de seus derivados é o projeto “Porto Leve”, que concentra-se na mobilidade urbana e inclui, entre outras iniciativas, um

⁵ Em 2023, 10 anos depois, esse número foi atualizado para 138.000 m² revitalizados.

sistema de compartilhamento de carros elétricos e bicicletas, sistema de monitoramento de transporte públicos e estacionamentos inteligentes, além de um centro de estudos. (NGPD, 2013)

Em 2014, foi estabelecido um contrato com o Governo do Estado para criação de duas unidades do Armazém da Criatividade, localizadas em Caruaru e Petrolina. Seguindo o modelo de atuação do Porto Digital nas áreas de TIC e EC no Portomídia, o projeto foi adaptado às características dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), de moda e fruticultura, respectivamente. Embora atendendo os mesmo eixos de atuação do Portomídia, a proposta inicial foi o fomento de uma cadeia produtiva como eixo-guia. (NGPD, 2015) O Armazém da Criatividade Caruaru começou a funcionar no segundo semestre de 2015, porém não foram encontrados registros sobre o funcionamento da unidade de Petrolina.

Em 2016, foram iniciados os serviços de makerspace através do Laboratório de Objetos Urbanos Conectados (L.O.U.Co), um espaço aberto dedicado à criação, desenvolvimento e prototipagem de soluções que utilizem sensores, atuadores, controladores, internet e software para melhorar o bem estar nas cidades. O objetivo era desenvolver soluções aplicáveis a outras cidades com problemas semelhantes, com atuações e testes focados em áreas como segurança, mobilidade, saúde, meio ambiente, cidadania e serviços de gestão da cidade, comunidades e gestão de água e energia. (NGPD, 2015)

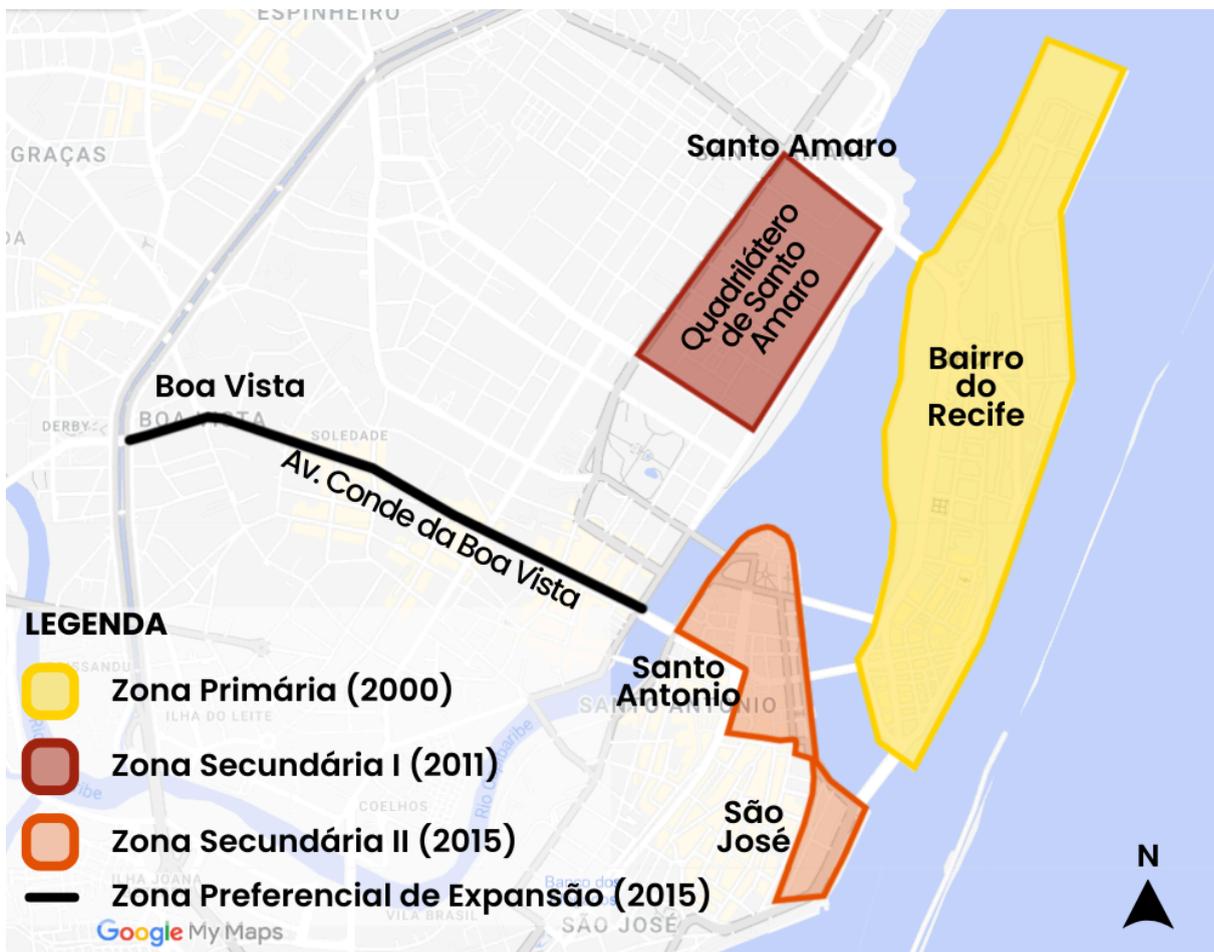
O convite à discussão de uma estratégia de longo prazo para a cidade pode ser considerado o início de uma 4ª onda, voltada para o planejamento estratégico, onde questiona-se qual a proposta de construção da estratégia e como assegurar a sua longevidade e independência, sobrevivendo as trocas de gestão. Desde 2012, discute-se a evolução do ecossistema, que passou de uma abordagem focada em educação e tecnologia, liderada pelo CIn e C.E.S.A.R., para uma estratégia de desenvolvimento econômico e, posteriormente, para uma estratégia de cidade. Compreende-se, portanto, a necessidade de um centro de altos estudos sobre o futuro e de uma “governança de suporte para fazer acontecer”, todo esse processo culmina na assinatura de um contrato entre NGPD e a PCR, em 2014, e na criação do Projeto ARIES, responsável por “traçar e percorrer caminhos e meios, inovadores e estratégicos, que no ano de 2037, elevem Recife à centralidade regional da AL, reconhecida por sua excelência em serviços modernos, e pela sua qualidade de vida, em perfeito equilíbrio sustentável.” (NGPD, p. 9, 2013; NGPD, 2015)

4 PORTO DIGITAL COMO AGENTE DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Essa seção tem como objetivo discutir o Porto Digital como um agente relevante do planejamento territorial a partir da segunda metade da década de 2010, período que culmina com a pandemia e uma subsequente reorganização social. O Porto Digital demonstra, então, uma capilaridade crescente, expandindo sua atuação para além do setor tecnológico e penetrando em outros setores estratégicos.

Este capítulo se situa cronologicamente a partir de 2015, um marco importante em que o Porto Digital, sem amplo debate público ou mecanismos de controle social, obteve a ampliação dos benefícios fiscais e das isenções tributárias para além da área da Ilha do Recife (ZS02 na figura 6 a seguir). Essa expansão territorial reflete a ampliação do escopo de atuação do Porto Digital, o que o posiciona como um ator cada vez mais influente no desenvolvimento urbano. A partir desse ponto, a investigação será voltada para explorar as novas conexões estabelecidas e as implicações dessa ampliação na dinâmica urbana e no planejamento da cidade.

Figura 6: Território do Parque Tecnológico Urbano Porto Digital após 2ª expansão.



Fonte: Elaborado pela autora.(2024)

4.1 O PORTO DIGITAL NO BAIRRO DO RECIFE

O Porto Digital foi criado como uma política pública do governo de Pernambuco com os objetivos iniciais de posicionar o estado no “cenário tecnológico e inovador” global e de “contribuir com a revitalização econômica e urbana do Bairro do Recife especificamente.” (SIMAS et al., 2020)

Ao contrário de outros parques tecnológicos, o Porto Digital teve seu foco voltado exclusivamente para o setor de software. A PNI forneceu os recursos necessários e facilitou parcerias com grandes corporações multinacionais para o desenvolvimento de aplicações, fomentando interações entre academia e indústria e incentivando pesquisadores e estudantes a criarem startups de software. Os idealizadores do Porto Digital, inspirados pela experiência do Parque @22 Barcelona, que também foi implantado em uma antiga zona portuária revitalizada, buscaram combinar o desenvolvimento do setor de software com a preservação do patrimônio histórico, unindo políticas urbanas e de informática. (FERNANDES e LACERDA, 2019).

Segundo Albuquerque e Lacerda (2017), “Os idealizadores apostaram que os novos empreendimentos ocupariam os espaços construídos vacantes, pois promoveriam reformas nas edificações”. Esse processo foi facilitado pela criação de um conjunto de normas jurídicas indutoras, como a criação do Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) e a concessão de incentivos fiscais, como a redução do Imposto Sobre Serviços (ISS)

O primeiro contrato de gestão firmado, em 23 de abril de 2001, entre o Estado de Pernambuco, sua Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) e pela Fundação Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco (ITEP), e o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) “tem por finalidade o fomento e execução de atividades para atrair, criar e consolidar investimentos e empreendimentos em tecnologia da informação e comunicação no Estado de Pernambuco.” (PERNAMBUCO, 2001).

Em sua redação o contrato de gestão fundamenta-se no Decreto nº 23.212 de 20 de abril de 2001, que qualifica como organização social a associação civil de direito privado sem fins lucrativos, e “será regido pela Lei nº 11.743 de 2000 e o Decreto nº 23.046 de 2001, e Lei nº 11.292 de 1995, bem como as cláusulas e condições que se seguem”. Desde essa data, o contrato vem sendo alterado buscando atender às demandas do planejamento estratégico.

O Plano Estratégico apresentado define os seguintes objetivos:

- I – Articular, promover, pesquisar, projetar, prover e manter uma infraestrutura urbana e de serviços de alta tecnologia para dar suporte a empresas de tecnologia da informação e comunicação no Bairro do Recife.

II – Criar condições ambientais para interação e cooperação entre governos, universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e empresas, através do projeto, construção e adequação de instalações de alta tecnologia para instituições no Bairro do Recife.

III – Atrair empresas e fomentar o surgimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de projetos de transferência de tecnologia e de novos empreendimentos, negócios e investimentos no Bairro do Recife.

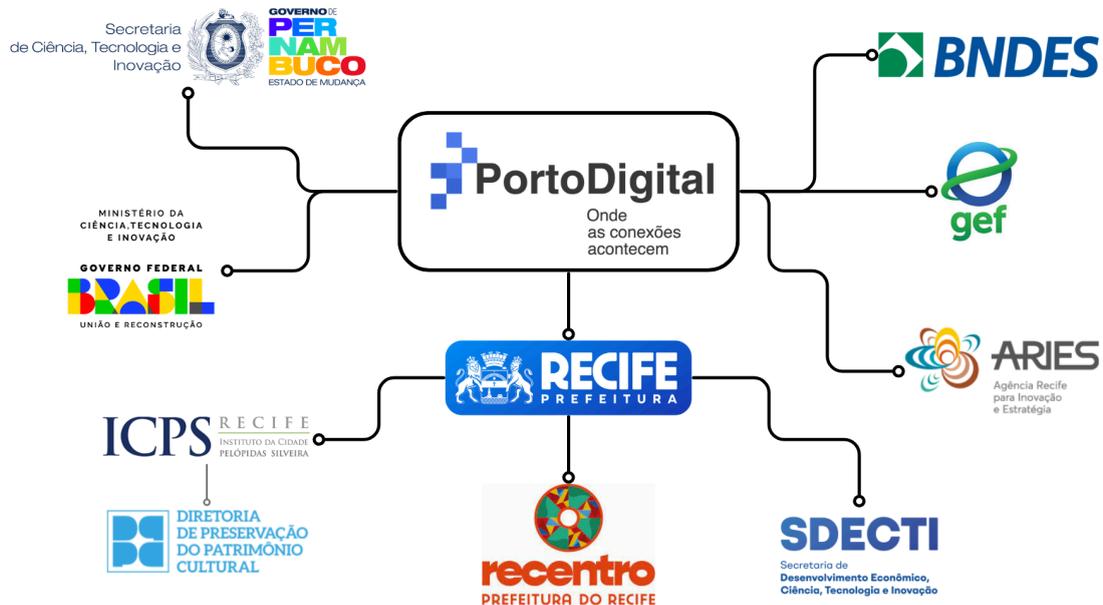
(Contrato de Gestão – PERNAMBUCO, 2001)

O Plano Estratégico define, a partir desses objetivos, o Porto Digital como um ator do planejamento territorial do Bairro do Recife, sendo responsável por diversas etapas do processo de planejamento e desenvolvimento urbano.

O diagrama abaixo foi construído a partir da identificação das correlações feitas pelo Porto Digital: “onde as conexões acontecem”. Todos esses entes, seja de forma direta ou indireta tecem conexões com o Porto Digital e com o Planejamento Territorial, abaixo será abordada a caracterização dessas relações, identificando o escopo de atuação dos entes selecionados e como se dá essa correlação com o Porto Digital. A seleção das instâncias foi feita partindo do recorte principal de quais seriam as instâncias que estariam atuando junto ao Porto Digital influenciando o planejamento territorial, seja através de políticas públicas, incentivos fiscais, programas de financiamento, entre outros. Em seguida será apresentado um quadro síntese com essas informações.

O Porto digital estabelece conexões de naturezas diferentes com diversas instâncias e, ainda que não vá se aprofundar excessivamente no tema, é necessário falar brevemente sobre isso. O esquema a seguir ilustra essas conexões, que ocorrem nas esferas governamentais, financeira e das organizações sociais.

Figura 7 : Esquema de conexões do Porto Digital



Fonte: Elaborado pela autora.(2024)

O **Governo Federal** é o órgão máximo do poder executivo no Brasil, com atribuições que vão desde o planejamento urbano até a política econômica e social. Desde 1988, pautado pelo novo pacto federativo atribuiu o planejamento territorial aos municípios e incide com incentivos e políticas públicas. O poder executivo federal é composto pela administração direta, formada por ministérios, e pela administração indireta, que inclui autarquias, fundações públicas e empresas estatais. Ele é responsável pela concepção e execução de políticas públicas em nível federal. A concepção é realizada pela administração direta, enquanto a execução pode ser feita diretamente ou por entidades públicas. São também exemplos de atividades de seu escopo o financiamento de grandes projetos de infraestrutura, ciência e tecnologia. A relação entre o governo federal e o Porto Digital se dá de forma direta e indireta, através da criação de políticas públicas, como o PNI, e leis, como a Lei da Informática que concede benefícios fiscais a empresas TICS; ocorre também por meio de financiamentos de programas de inovação e desenvolvimento tecnológico que pode beneficiar o Porto Digital.

No âmbito do Governo federal o **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)** é responsável por promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, através da formulação de políticas públicas nacionais de CTI; do planejamento, coordenação, supervisão, monitoramento e avaliação das atividades de CTI; políticas de transformação digital e desenvolvimento de automação; da articulação com todas as instâncias governamentais e com a sociedade com vistas ao estabelecimento de diretrizes para as

políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação; entre outras. O MCTI possui relação direta com o Porto Digital, uma vez que possui o CNPq, o CGEE e a FINEP como unidades vinculadas. O CNPq e a FINEP apoiam projetos de inovação em polos como o Porto Digital. Exemplos incluem a concessão de bolsas de pesquisa para startups e programas de inovação, como o Tecnova, que financia projetos em empresas de tecnologia situadas no Porto Digital. Também promove editais que incentivam a inovação na área de TICs, impactando diretamente o ecossistema de inovação, a exemplo do "Edital Finep 04/2002 Chamada Parques Tecnológicos", essencial para a fundação do Porto Digital. Além disso, é responsável pela iniciativa e coordenação do projeto "CITInova", implementado pelo PNUMA e executado em parceria com a ARIES e o Porto Digital, o CGEE, PCS e SEMA-DF.

O **Governo Estadual de Pernambuco** é o órgão do poder executivo do estado de Pernambuco, responsável pela concepção e execução de políticas públicas regionais, incluindo ações voltadas ao desenvolvimento econômico, científico-tecnológico e ao planejamento urbano. A relação desse ente com o Porto Digital se dá de forma direta e indireta, através do vínculo do contrato de gestão, um dos mecanismos centrais que formaliza a parceria entre o poder público e o NGPD. Essa parceria ocorre mediante o fornecimento de recursos financeiros, suporte institucional, facilitação da articulação de políticas públicas estaduais, projetos de inovação e desenvolvimento regional, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura. O governo estadual é responsável pela expansão na área de atuação e território do Porto Digital, por meio, por exemplo, da criação da unidade do Armazém da Criatividade em Caruaru.

No contexto do governo estadual a **Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco (SECTI/PE)** é responsável pela formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da ciência, tecnologia e inovação no estado. Desenvolvimento e implementação de políticas públicas que incentivem a pesquisa e inovação em Pernambuco, definindo diretrizes estratégicas para o fortalecimento da ciência e tecnologia no estado, o que inclui a criação de programas e iniciativas que atendam às necessidades locais. Também coordena e disponibiliza recursos financeiros para o fomento de projetos de pesquisa e inovação, e é responsável pela criação de incentivos fiscais para empresas e instituições que investem em pesquisa e inovação. É encarregada de promover e desenvolver a infraestrutura necessária para pesquisa e inovação em Pernambuco, incluindo parques tecnológicos, laboratórios e centros de pesquisa. A relação entre essa instância e o Porto Digital é direta, tendo sido parte essencial da criação do Porto Digital, na época enquanto SECTMA/PE, e é também responsável pelos contratos de gestão e termos de

permissão de uso de bens móveis. A SECTI/PE atua na formulação de políticas públicas dispondo através de leis e decretos sobre incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação em Pernambuco; busca estabelecer parcerias estratégicas e criar uma rede colaborativa de inovação, com universidades, por exemplo, participando como facilitador de conexões. Bem como implementa programas de fomento à inovação e empreendedorismo, coordenando recursos financeiros para fomento de projetos, em parceria com a FINEP e FACEPE, como por exemplo o "Tecnova". A SECTI, em parceria com o Porto Digital, também promove cursos de capacitação em tecnologia e empreendedorismo.

No âmbito da esfera municipal foram destacadas quatro entidades, o RECENTRO, o ICPS, a SDECTI e o Comitê de Apoio ao Porto Digital, todos esses entes fazem parte da Prefeitura do Recife e relacionam-se de alguma forma com o Porto Digital e o Planejamento Territorial.

- a. O **RECENTRO** é um programa da Prefeitura do Recife, criado para revitalizar a área central da cidade, abrangendo os bairros de Santo Antônio, São José, Boa Vista e o Bairro do Recife. Seu foco está na habitação, patrimônio histórico, economia criativa e inovação, promovendo o desenvolvimento urbano e econômico da região. O programa visa tornar a área mais atrativa para moradia, turismo, comércio e serviços, além de resgatar sua importância cultural e histórica. A relação entre o RECENTRO e o Porto Digital se dá de forma indireta, porém significativa, no contexto de revitalização urbana e desenvolvimento econômico da área central do Recife. Embora os dois projetos tenham focos distintos, ambos convergem na promoção de melhorias urbanas e tecnológicas na mesma região da cidade. O RECENTRO visa a requalificação e desenvolvimento urbano, enquanto o Porto Digital busca atrair empresas de inovação e tecnologia, o que depende de um ambiente urbano dinâmico e bem estruturado. Um aspecto importante do RECENTRO é a política de incentivos fiscais para estimular a revitalização. O programa oferece isenções totais ou parciais de IPTU, ISSQN e ITBI para intervenções em imóveis, como construções, reparos e manutenções. A isenção de IPTU varia de 50% a 100%, dependendo do tipo de intervenção e uso do imóvel, com prazos entre 5 a 10 anos. Além disso, a alíquota do ISSQN é reduzida para 2% e o ITBI é restituído para imóveis destinados a moradias após intervenções específicas.

- b. O **Instituto da Cidade Pelópidas Silveira (ICPS)** é um órgão da gestão municipal do Recife, dedicado ao planejamento urbano e territorial. Suas principais funções incluem a realização de estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento da cidade, além de oferecer suporte técnico para projetos de infraestrutura e mobilidade urbana. A Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), vinculada ao ICPS, tem como missão a preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural do Recife. Suas atividades abrangem a gestão de bens tombados e a promoção de iniciativas que incentivem a preservação da memória urbana. A DPPC desempenha um papel crucial na valorização do patrimônio histórico-cultural, focando na preservação de edifícios tombados e na promoção da reutilização adaptativa desses espaços, de modo a manter a identidade cultural da cidade. A relação do ICPS com o Porto Digital é indireta, no sentido de fornecer suporte técnico e estudos para as ações de requalificação urbana que afetam o Porto Digital, contribuindo para a articulação de projetos urbanísticos com inovação e desenvolvimento econômico, no entanto essa relação não ocorre de maneira satisfatória, não há comunicação entre os projetos realizados pelo Porto Digital e pelo ICPS. Já a relação da DPPC com o Porto Digital é direta, trabalha visando assegurar a preservação dos valores arquitetônicos e históricos, enquanto o Porto Digital promove a adaptação desses imóveis para fins tecnológicos.
- c. A **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)** da Prefeitura do Recife é responsável por formular e implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, além de promover a ciência, tecnologia e inovação na cidade. Entre suas principais funções, a secretaria atua no incentivo à criação de novos negócios, atração de investimentos e fortalecimento das iniciativas locais, posicionando Recife como um polo inovador. A **Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI-Recife)**, dentro da SDECTI, tem o papel de coordenar e supervisionar as políticas públicas relacionadas à inovação e à disseminação do conhecimento científico e tecnológico. Ela desenvolve mecanismos de fomento à inovação, apoiando empresas e startups que operam na cidade. A atuação da SDECTI abrange o Recife, com foco em áreas estratégicas de inovação, incluindo o Porto Digital, um dos principais polos de tecnologia e inovação do Brasil. A relação entre a SDECTI e o Porto

Digital é direta e colaborativa. A secretaria apoia as iniciativas do Porto Digital, promovendo eventos de tecnologia e ajudando a atrair recursos e novos investimentos. A colaboração inclui também o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a criação de startups e o fortalecimento de empresas de tecnologia. Essas ações são fundamentais para o crescimento do Porto Digital e para a consolidação do Recife como um centro de inovação e tecnologia no Brasil, contribuindo para o dinamismo econômico da cidade e o avanço do ecossistema de startups.

- d. O **Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital**, instituído em 2001, é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, composto por representantes do governo municipal e do Porto Digital, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Cidade do Recife. Seu objetivo é selecionar e habilitar empresas de tecnologia da informação e serviços associados para receberem apoio financeiro no contexto do Plano de Revitalização da ZEPH-09, que abrange o Sítio Histórico do Bairro do Recife. A relação entre o Comitê e o Porto Digital é direta e institucional. O comitê foi criado com a finalidade de fomentar o crescimento das empresas que integram o Porto Digital, garantindo financiamento e suporte para a sua instalação no bairro histórico. Essa iniciativa reforça o caráter inovador e tecnológico da área, complementando o processo de revitalização urbana com o desenvolvimento econômico e tecnológico.

Ampliando o foco para além das instâncias governamentais e explorando o papel das agências financiadoras, destacam-se duas entidades de grande relevância nos projetos recentes do Porto Digital: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility - GEF). Essas instituições têm contribuído significativamente, tanto no financiamento quanto no apoio a iniciativas voltadas para a inovação tecnológica e a sustentabilidade, impulsionando o desenvolvimento econômico e ambiental nas áreas de atuação do Porto Digital.

O **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**, fundado em 1952 e atualmente vinculado ao Ministério da Economia, é o principal instrumento do Governo Federal para promover investimentos de longo prazo na economia brasileira. Com foco em impacto socioambiental e econômico, o BNDES apoia projetos que visam o desenvolvimento sustentável e a inovação no Brasil. Suas áreas de atuação incluem o financiamento de iniciativas voltadas à inovação, infraestrutura e empreendimentos de

impacto socioeconômico. No contexto do Porto Digital, o BNDES tem sido um parceiro estratégico, fornecendo suporte financeiro para a expansão e fortalecimento do ecossistema de inovação. O banco oferece financiamentos a startups, empresas de tecnologia e projetos voltados à transformação digital, visando não apenas o crescimento econômico, mas também o impacto positivo no desenvolvimento urbano e na qualidade de vida da região. Entre as iniciativas apoiadas pelo BNDES no Porto Digital estão o **Projeto Portomídia**, voltado ao desenvolvimento da economia criativa na área de produção audiovisual, games e design, e o **Projeto Cultural para Reabilitação de Áreas Centrais**, que visa revitalizar o patrimônio histórico e promover o desenvolvimento cultural, alinhado à proposta de requalificação urbana do Bairro do Recife. A relação do BNDES com o Porto Digital é, portanto, direta e fundamental, contribuindo para o crescimento do polo de tecnologia e inovação por meio de investimentos estratégicos que impulsionam a economia criativa e o desenvolvimento urbano sustentável na região.

O **Global Environment Facility (GEF)**, ou Fundo Global para o Meio Ambiente, é uma organização internacional estabelecida em 1991 com o objetivo de fornecer financiamento e suporte técnico para projetos que promovam a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. O GEF atua por meio de parcerias com governos, instituições internacionais, sociedade civil e o setor privado para enfrentar desafios ambientais globais, como mudanças climáticas, degradação do solo, e perda de biodiversidade. No Brasil, o GEF opera por meio de uma estrutura composta por diferentes atores: (i) Ponto Focal Operacional (PFO), localizado no Ministério da Fazenda, coordena as atividades e alinha os projetos às políticas nacionais; (ii) Ponto Focal Político (PFP), no Ministério das Relações Exteriores, gerencia governança e políticas; (iii) Agências Implementadoras, como o PNUD e o Banco Mundial, planejam e avaliam projetos; e (iv) Agências Executoras, que realizam a execução prática dos projetos, seguindo as orientações das implementadoras. No Porto Digital, o GEF tem apoiado projetos de grande impacto, como o **Plano Recife 500 anos**, que busca estratégias sustentáveis para o futuro da cidade, e o **Projeto CITinova**, voltado para o uso de tecnologias sustentáveis na gestão urbana. Ambos são exemplos de como o GEF financia iniciativas que integram inovação, tecnologia e sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento de soluções urbanas sustentáveis.

Como abordado no capítulo anterior, desde 2012 é possível dizer que começava a se desenvolver o que a autora está denominando de 4ª onda do Porto Digital, que teve início com o convite a discussão de uma estratégia de longo prazo para a cidade. “O que era estratégia de educação e evoluiu para estratégia de desenvolvimento econômico, passou a ser uma

estratégia de CIDADE” (NGPD, p.53, 2015). Durante dois anos foi discutida e maturada a ideia de uma proposta de construção da estratégia que pudesse garantir o desenvolvimento de longo prazo, que pudesse assegurar a longevidade e independência do planejamento. Assim, ficaram definidas como características essenciais do modelo um “centro de altos estudos sobre o futuro” e uma “governança de suporte para fazer acontecer” (NGPD, p.56, 2015) Em 2014 foi assinado o contrato de gestão da **Prefeitura da Cidade do Recife** com o **Porto Digital** que abordou a criação do Projeto ARIES e o Plano Recife 500 anos.

A 4ª onda começa de fato com o início das atividades voltadas para o planejamento estratégico de cidade, quando a ARIES dá início às consultas públicas.

Segundo informações encontradas a **ARIES (Agência Recife para Inovação e Estratégia)** surgiu embarcada no Porto Digital e tem atividades iniciadas desde 2015, quando começou a trabalhar junto a Prefeitura do Recife no Plano Recife 500 anos, sem que haja licitação para contratação. A ARIES é uma associação civil de direito privado sem fins econômicos, caracterizada como uma Oscip (Organização da sociedade civil de interesse público), ela só é registrada em 2017 no CNPJ 29.036.430/0001-45 e qualificada pelo município como uma Organização Social em 2018, nos termos da Lei nº 17.875 de 2013. Em 2020 houve a renovação da qualificação como OS.

Foi fundada por cinco pessoas que fazem parte da categoria Associados Fundadores que integram a governança da ARIES juntamente com a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Diretoria. No entrando, não existe transparência com relação a essa estrutura de governança, a nomeação e remuneração de seus agentes, a página no site aries.org.br que deveria informar sobre isso encontra-se fora do ar, é possível identificar apenas alguns membros da equipe de projetos, administrativo e a diretora-presidente Mariana Pontes. A Assembleia Geral, composta por todos os associados, incluindo fundadores, efetivos e mantenedores, é o órgão máximo da Organização. O Conselho de Administração, responsável pela gestão estratégica, segue as diretrizes estabelecidas pela Lei 17.875/2013 – Lei de Organizações Sociais do Município. A Diretoria, por sua vez, é o órgão executivo encarregado de implementar a estratégia e conduzir os projetos da ARIES.

Criada com o objetivo de pensar estrategicamente o desenvolvimento de longo prazo do Recife, sua missão é promover a inclusão social, reduzir desigualdades e aumentar a resiliência ambiental da cidade em resposta às mudanças climáticas. A ARIES formula e coordena projetos que incentivam a inovação e a sustentabilidade urbana, buscando integrar ações entre os setores público, privado e a sociedade civil. Para isso, realiza eventos,

capacitações e mobilizações com o objetivo de sensibilizar a população sobre questões de sustentabilidade e inclusão social.

A atuação da ARIES abrange diversas áreas, como a formulação de políticas públicas, a implementação de projetos inovadores, a promoção de parcerias e o desenvolvimento de iniciativas que combinem tecnologia e sustentabilidade. Entre suas principais iniciativas, destacam-se o **Plano Recife 500 anos**, iniciativa conjunta com a **Prefeitura do Recife** que visa planejar a cidade para seu quingentésimo aniversário, e que integra, por exemplo, o **RECENTRO na Rota do Futuro**; e o projeto **CITInova**, iniciativa no **MCTI** que estimula a inovação e a colaboração entre empresas de tecnologia e projetos sustentáveis. Além disso, a ARIES organiza workshops e eventos para conscientizar a população sobre a importância da sustentabilidade e inclusão. A relação entre a ARIES e o Porto Digital é direta e colaborativa. A Agência participa da coordenação de projetos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a inovação na cidade, adicionalmente, integra as iniciativas do Porto Digital em um contexto mais amplo, promovendo a colaboração entre empresas de tecnologia, governo e sociedade civil para enfrentar os desafios urbanos. A ARIES atua como consultor, um exemplo claro de empresariamento das estruturas de planejamento urbano, atuando também como agente propagador do empreendedorismo urbano, selecionando projetos e áreas da cidade que receberão foco de investimentos.

O quadro síntese a seguir demonstra como algumas conexões ocorrem diretamente sobre o ordenamento territorial, enquanto outras de forma indireta, no entanto é possível ver uma nova teia de conexões que extrapola a tecnologia da informação e que efetivamente incide sobre o ordenamento territorial. Esse ordenamento territorial feito nesse âmbito não é atravessado pelos mecanismos de controle social e participação popular.

QUADRO 1: Quadro Síntese da Caracterização das Relações Estabelecidas Entre Diversas Instâncias Públicas e Privadas e o Porto Digital

Instância	Descrição	Escopo de Atuação	Incidência Territorial dos Projetos	Caracterização da Relação Entre Esse Ente e o Porto Digital que podem repercutir no ordenamento territorial
Governo Federal	Órgão máximo do poder executivo no Brasil, com atribuições que vão desde o planejamento urbano até a política econômica e social. Desde 1988, pautado pelo novo pacto federativo atribuiu o planejamento territorial aos municípios e incide com incentivos e políticas públicas.	Formulação de políticas públicas nacionais, financiamento de grandes projetos de infraestrutura, ciência e tecnologia.	Todo território nacional.	Direta e indireta com a criação de políticas públicas, como o Plano Nacional de Informática, e leis, como a Lei da Informática, que concede benefícios fiscais a empresas de TICs; com financiamentos de programas de inovação e desenvolvimento tecnológico que podem beneficiar o Porto Digital
Governo Federal - MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, responsável por promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.	Formulação de políticas públicas nacionais de ciência, tecnologia e inovação; planejamento, coordenação, supervisão, monitoramento e avaliação das atividades de CTI, políticas de transformação digital e desenvolvimento de automação; articulação com todas as instâncias governamentais e com a sociedade com vistas ao estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação; entre outras.	Todo território nacional, com programas específicos voltados para Ciência, Tecnologia e Inovação	Relação direta uma vez que possui o CNPq, o CGEE e a FINEP como unidades vinculadas, responsáveis por apoiar projetos de inovação em polos como o Porto Digital. Exemplos incluem a concessão de bolsas de pesquisa para startups e programas de inovação, como o "Tecnova"; a promoção de editais que incentivam a inovação na área de TICs, impactando diretamente o ecossistema de inovação. Além disso, é responsável pela iniciativa e coordenação do projeto "CITInova", implementado pelo PNUMA e executado em parceria com a ARIES e o Porto Digital, o CGEE, PCS e SEMA-DF.
Governo Estadual de Pernambuco	Órgão executivo do estado de Pernambuco, responsável por executar políticas públicas regionais, incluindo ações voltadas ao desenvolvimento econômico e ao planejamento urbano.	Desenvolvimento e implementação de políticas públicas que incentivem a pesquisa e inovação em Pernambuco, definindo diretrizes estratégicas para o fortalecimento da ciência e tecnologia no estado, o que inclui a criação de programas e iniciativas que atendam às necessidades locais. Também coordena e disponibiliza recursos financeiros para o fomento de projetos de pesquisa e inovação, e é responsável pela criação de incentivos fiscais para empresas e instituições que investem em pesquisa e inovação. É encarregado pela promoção e desenvolvimento da infraestrutura necessária para pesquisa e inovação em Pernambuco, incluindo parques tecnológicos, laboratórios e centros de pesquisa.	Estado de Pernambuco	Relação direta, é responsável pela formulação de políticas públicas dispoendo através de leis e decretos sobre incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação em Pernambuco. A SECTI busca estabelecer parcerias estratégicas e criar uma rede colaborativa de inovação, com universidades, por exemplo, participando como facilitador de conexões. Bem como implementa programas de fomento à inovação e empreendedorismo, coordenando recursos financeiros para fomento de projetos, em parceria com a FINEP e FACEPE.
Governo Estadual - SECTI	A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco (SECTI-PE) é responsável pela formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da ciência, tecnologia e inovação no estado. Tendo sido parte essencial da criação do Porto Digital, na época enquanto SECTMA-PE. É encarregada da promoção e desenvolvimento da infraestrutura necessária para pesquisa e inovação em Pernambuco, incluindo parques tecnológicos, laboratórios e centros de pesquisa.	Desenvolvimento e implementação de políticas públicas que incentivem a pesquisa e inovação em Pernambuco, definindo diretrizes estratégicas para o fortalecimento da ciência e tecnologia no estado, o que inclui a criação de programas e iniciativas que atendam às necessidades locais. Também coordena e disponibiliza recursos financeiros para o fomento de projetos de pesquisa e inovação, e é responsável pela criação de incentivos fiscais para empresas e instituições que investem em pesquisa e inovação.	Estado de Pernambuco, com foco em Institutos de Ciência e Tecnologia e Polos de inovação, como o Porto Digital	Relação direta, é responsável pela formulação de políticas públicas dispoendo através de leis e decretos sobre incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação em Pernambuco. A SECTI busca estabelecer parcerias estratégicas e criar uma rede colaborativa de inovação, com universidades por exemplo, participando como facilitador de conexões. Bem como implementa programas de fomento à inovação e empreendedorismo, coordenando recursos financeiros para fomento de projetos, em parceria com a FINEP e FACEPE.

Instância	Descrição	Escopo de Atuação	Incidência Territorial dos Projetos	Caracterização da Relação Entre Esse Ente e o Porto Digital que podem repercutir no ordenamento territorial
Prefeitura do Recife - RECENTRO	O RECENTRO é um programa da Prefeitura do Recife, criado para revitalizar a área central da cidade, abrangendo os bairros de Santo Antônio, São José, Boa Vista e o Bairro do Recife, com foco em habitação, patrimônio histórico, economia criativa e inovação.	Atuação voltada para a requalificação de espaços públicos, incentivos à ocupação residencial, apoio ao comércio, serviços e valorização do patrimônio histórico e cultural.	Região central do Recife: Santo Antônio, São José, Boa Vista e Bairro do Recife	Relação indireta, porém significativa, no contexto de revitalização urbana e desenvolvimento econômico da área central do Recife. Embora os dois projetos tenham focos distintos, ambos convergem na promoção de melhorias urbanas e tecnológicas na mesma região da cidade, o Bairro do Recife, área primária do território do Porto Digital e também faz parte do escopo do RECENTRO.
Prefeitura do Recife - ICPS	Instituto da Cidade Pelópidas Silveira, órgão da prefeitura voltado para o planejamento urbano e territorial do Recife. A Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) é vinculada à ICPS e atua na preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural da cidade do Recife. Isso inclui a gestão de bens tombados e o incentivo à preservação da memória urbana.	Planejamento urbano, estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento da cidade, suporte técnico para projetos de infraestrutura e mobilidade urbana.	Cidade do Recife	Relação indireta do Porto Digital com o ICPS, no sentido de fornecer suporte técnico e estudos para as ações de requalificação urbana que afetam o Porto Digital, contribuindo para a articulação de projetos urbanísticos com inovação e desenvolvimento econômico. Já a relação da DPPC com o Porto Digital é direta, trabalha visando assegurar a preservação dos valores arquitetônicos e históricos, enquanto o Porto Digital promove a adaptação desses imóveis para fins tecnológicos.
Prefeitura do Recife - SDECTI	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Inovação, órgão da Prefeitura do Recife responsável por formular e implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, a promoção da ciência e tecnologia, e a inovação na cidade.	A SDEC é responsável por promover o crescimento econômico sustentável do Recife, implementando ações e políticas públicas direcionadas à criação de novos negócios, atração de investimentos e fortalecimento das iniciativas locais. Seu papel inclui induzir projetos que consolidem a cidade como um espaço inovador e atraente para indivíduos, empresas e empreendimentos. A SDECTI-Recife (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação) é responsável pela coordenação, supervisão e execução das políticas de ciência, tecnologia e inovação no Município do Recife. Seu foco principal é o apoio à inovação e à difusão do conhecimento científico e tecnológico, desenvolvendo instrumentos que fomentam essas áreas.	Cidade do Recife	A SDECTI tem uma relação direta com o Porto Digital, já que ambas visam promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico na cidade. A SDECTI apoia diretamente o Porto Digital em suas iniciativas, como a captação de recursos, a promoção de eventos de tecnologia e a construção de políticas públicas que incentivem a criação de startups e empresas de tecnologia na região. Além de fomentar a criação de novas startups, a SDECTI trabalha para apoiar empresas já estabelecidas no Porto Digital, promovendo a troca de conhecimento e a colaboração entre diferentes atores do ecossistema.
Prefeitura do Recife - Comitê de Apoio ao Porto Digital	O Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital, criado em 2001, é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, formado por representantes do governo municipal e do Porto Digital. O Comitê está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Cidade do Recife.	Tem por objetivo selecionar e habilitar para apoio financeiro às empresas produtoras de tecnologias da informação e serviços associados, no âmbito do projeto do Plano de Revitalização da ZEPH-09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife. Ele delibera sobre incentivos e apoios a empresas de inovação e tecnologia instaladas na área.	Bairro do Recife, ZEPH-09	A relação é direta e institucional. O comitê foi criado para apoiar e fomentar o crescimento das empresas do Porto Digital, garantindo financiamento e suporte para que as empresas se instalem no bairro histórico, reforçando o caráter inovador e tecnológico da área revitalizada.

Instância	Descrição	Escopo de Atuação	Incidência Territorial dos Projetos	Caracterização da Relação Entre Esse Ente e o Porto Digital que podem repercutir no ordenamento territorial
BNDES	O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma instituição financeira federal que apoia projetos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.	O BNDES oferece financiamentos e apoios a iniciativas inovadoras, empreendimentos de impacto socioeconômico e infraestrutura. No caso do Porto Digital, o banco tem fornecido apoio para a expansão e desenvolvimento do ecossistema de inovação, financiando empresas e projetos de tecnologia.	Nacional	O BNDES tem uma relação direta com o Porto Digital, fornecendo suporte financeiro para startups, empresas de tecnologia e projetos de inovação que fortalecem o ecossistema do Porto Digital, alinhado às suas metas de desenvolvimento econômico e tecnológico. Também se relaciona através do Projeto Cultural para Reabilitação de Áreas Centrais.
GEF	O Global Environment Facility (GEF), ou Fundo Global para o Meio Ambiente, é um fundo internacional voltado ao financiamento de projetos que promovem a sustentabilidade ambiental global, especialmente em países em desenvolvimento.	O GEF apoia iniciativas voltadas à sustentabilidade, energia limpa e combate às mudanças climáticas. No Porto Digital, o GEF participa de projetos de inovação que integram desenvolvimento econômico com soluções sustentáveis, como parte de uma abordagem mais verde para o crescimento do ecossistema de tecnologia.	Internacional; Bairro do Recife e Cidade do Recife	No Porto Digital, o GEF tem apoiado projetos de grande impacto, como o Plano Recife 500 anos, que busca estratégias sustentáveis para o futuro da cidade, e o Projeto CITInova, voltado para o uso de tecnologias sustentáveis na gestão urbana. Ambos são exemplos de como o GEF financia iniciativas que integram inovação, tecnologia e sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento de soluções urbanas sustentáveis.
ARIES	A Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES) é uma organização da sociedade civil, caracterizada como uma OSCIP, que visa pensar estrategicamente o desenvolvimento de longo prazo do Recife. Sua missão é contribuir para a inclusão social, a redução das desigualdades e a resiliência ambiental da cidade frente às mudanças climáticas.	A ARIES atua na formulação e coordenação de projetos que promovem a inovação e a sustentabilidade urbana, se propondo a integrar ações entre o setor público, privado e a sociedade civil, realizando eventos, capacitações e mobilizações para sensibilizar a população sobre questões de sustentabilidade e inclusão social.	Cidade do Recife	A relação entre a ARIES e o Porto Digital é direta e colaborativa. A ARIES participa da coordenação de projetos como o Plano Recife 500 anos e o CITInova, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável e a inovação na cidade. Além disso, a ARIES integra as iniciativas do Porto Digital em um contexto mais amplo, promovendo a colaboração entre empresas de tecnologia, governo e sociedade civil para enfrentar os desafios urbanos.

Fonte: Elaborado pela autora.(2024)

4.2 ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS E EXPANSÃO DA ATUAÇÃO DO PORTO DIGITAL

Dentre as estratégias contemporâneas de atuação do Porto Digital, foram identificados três projetos que merecem destaque:

- I. O **Plano Recife 500 Anos** é uma iniciativa de planejamento urbano estratégico desenvolvida para projetar o futuro da cidade até seu aniversário de 500 anos, em 2037. O plano foi coordenado pelo Porto Digital e ARIES em parceria com a Prefeitura do Recife, com o objetivo de traçar diretrizes para o desenvolvimento sustentável, social, econômico e urbano da cidade.
- II. O **Projeto CITinova** possui um eixo de atuação voltado para o Planejamento Urbano Integrado, com estratégias de desenvolvimento da cidade e proposição de uma política habitacional, bem como ações de investimento em projetos-piloto e em urbanização.
- III. O **Projeto Piloto de Reabilitação de Áreas Centrais**, financiado pelo BNDES, onde o Porto Digital foi responsável por realizar um estudo e propor um modelo replicável com diretrizes econômico-financeiras, legal-jurídicas e urbanístico-estratégicas.

Os quadros 2, 3 e 4 a seguir apresentam uma caracterização de novos processos e projetos com repercussões sobre o Planejamento Territorial.

QUADRO 2: Plano Recife 500 anos.

PROJETO	Período	Escopo	Objetivos	Incidência Territorial	Agência Financiadora	Agentes Envolvidos	Envolvimento do Poder Público	atribuição do porto digital nesse projeto
 Plano Recife 500 anos	2014 - 2037	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento Urbano Integrado • Sustentabilidade e Resiliência • Desenvolvimento Econômico • Inclusão Social • Participação Popular 	Planejar o desenvolvimento do Recife até 2037, com foco na construção de uma cidade sustentável, inclusiva e conectada	Cidade do Recife	 Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)			<p>“O desafio de conduzir o processo de construção do Recife 500 Anos está sob os cuidados da Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES) por meio de um contrato de gestão firmado entre a Prefeitura do Recife e o Porto Digital.”</p> <p>FONTE: Prefeitura do Recife, 2015.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.(2024)

QUADRO 3: Projeto CITInova.

PROJETO	Período	Escopo	Objetivos	Incidência Territorial	Agência Financiadora	Agentes Envolvidos	Envolvimento do Poder Público	atribuição do porto digital nesse projeto
	2018 - 2022	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento Urbano Integrado • Investimentos em Tecnologias Inovadoras • Plataformas para Cidades Sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a inovação e a sustentabilidade nas cidades brasileiras, utilizando tecnologias ambientais e soluções inteligentes. • Integrar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias que possam melhorar a qualidade de vida urbana, a gestão de recursos e a adaptação às mudanças climáticas. 	Cidade do Recife	 Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)			coexecutor/ coordenador do projeto <ul style="list-style-type: none"> • desenvolvimento de soluções tecnológicas • conexão com o ecossistema de inovação • capacidade de gestão

Fonte: Elaborado pela autora.(2024)

QUADRO 4: Projeto Cultural para Reabilitação de Áreas Centrais.

PROJETO	Período	Escopo	Objetivos	Incidência Territorial	Agência Financiadora	Agentes Envolvidos	Envolvimento do Poder Público	atribuição do porto digital nesse projeto
Projeto Cultural para Reabilitação de Áreas Centrais	2021 - 2024	<ul style="list-style-type: none"> • realização de seminários internacionais • definição de metodologias e modelos de gestão • elaboração de diretrizes para a implementação de projetos de reabilitação. 	<p>Criar um modelo replicável para reabilitação urbana e preservação do patrimônio, com foco na sustentabilidade e articulação entre setores público e privado</p>	Área Central do Recife		 		<ul style="list-style-type: none"> • executor <ul style="list-style-type: none"> ◦ estudos de reabilitação urbana ◦ análise territorial ◦ plano de diretrizes urbanísticas ◦ proposição de modelos e cenários

Fonte: Elaborado pela autora.(2024)

O **Plano Recife 500 anos** foi lançado em 2014, “o Plano é produto de um contrato de gestão entre a Prefeitura da Cidade do Recife e com o NGPD - Núcleo de Gestão do Porto Digital, por meio da ARIES” (RECIFE, 2022). A Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES) é uma Organização Social, incubada no Porto Digital, que ficou “responsável pela gestão e condução da implementação das ações definidas para o desenvolvimento do Recife, até 2037, quingentésimo aniversário da cidade, independentemente da gestão política.” (SIMAS et al., 2020)

Esse projeto apresentou como objetivo desenvolver um plano estratégico para o crescimento ordenado da cidade, de modo participativo, sob a perspectiva da inclusão e desenvolvimento humano, desenvolvimento econômico, espaço urbano e mobilidade, sustentabilidade e meio ambiente. Segundo os termos divulgados o processo seria participativo, onde a população desempenharia um papel crucial em cada etapa de sua elaboração. Essa iniciativa pioneira resulta da parceria entre o poder público, por meio da Prefeitura do Recife, e a sociedade organizada, representada pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital. A execução do projeto foi dividida em três etapas principais: desenvolvimento do plano estratégico, estruturação de uma nova governança que atuará como guardião da visão de longo prazo, e promoção de experimentos urbanos, permitindo que a população tenha uma prévia das futuras transformações da cidade. (PCR, 2015)

O **Projeto CITinova** possui dimensão nacional com atividades específicas em Recife e Brasília, é um projeto multilateral, seu primeiro ciclo teve início em 2018, e foi realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês, *Global Environment Funding*), é implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e executado em parceria com Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/GDF), Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Agência Recife para Inovação e Estratégia e Núcleo de Gestão do Porto Digital (ARIES/NGPD) e Programa Cidades Sustentáveis (PCS). A iniciativa foca em “promover mais sustentabilidade nas cidades brasileiras, disponibilizando o que há de mais avançado em conteúdo, soluções tecnológicas e ferramentas colaborativas para a promoção de gestão pública integrada, inclusiva, participativa e sustentável.”

O projeto tem como principais objetivos “desenvolver soluções tecnológicas inovadoras e a criação de metodologias e ferramentas de planejamento urbano integrado para apoiar gestores públicos, incentivar a participação social e promover cidades mais justas e sustentáveis”. Com duração de 4 anos prevista para o período entre 2018 e 2022, o primeiro

ciclo do projeto é estruturado em três grandes frentes de ação que são realizadas simultaneamente:

- I. Planejamento Urbano Integrado: Desenvolvimento de ferramentas acessíveis para gestores e sociedade, com o objetivo de integrar políticas públicas e participação social para promover cidades sustentáveis no Brasil.
- II. Investimentos em Tecnologias Inovadoras: Projetos-piloto em Recife e Brasília para enfrentar desafios urbanos históricos, nas áreas de água, resíduos, energia, mobilidade e mudanças climáticas, servindo como modelos para aplicação nacional.
- III. Plataforma do Conhecimento: Sistema online que integra a nova plataforma do PCS e o Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS), desenvolvido pelo CGEE. Oferecendo aos gestores públicos e sociedade, conteúdo, metodologias, indicadores, boas práticas, soluções e tecnologias inovadoras, auxiliando na governança e desenvolvimento sustentável das cidades.

O projeto no Recife “é coordenado pela ARIES/Porto Digital e dividido em duas frentes de ação: planejamento urbano integrado e investimento em projetos-piloto no território.” (CITinova) Na frente de Planejamento Urbano Integrado conta com 5 iniciativas:

- Estratégia de desenvolvimento da cidade – duas revisões, uma a cada dois anos, do Plano Recife 500 Anos, estratégia de desenvolvimento da cidade;
- Micro-estações de monitoramento climático – implantação de três unidades de baixo custo para monitorar clima, partículas suspensas, qualidade da água e nível da maré;
- Política municipal habitacional – diretrizes para Política Municipal Habitacional com foco em gênero;
- Planos setoriais de adaptações às mudanças climáticas – aprofundamento do plano de adaptação da cidade nas áreas de urbanização, habitação e mobilidade;
- Sistema de gestão georreferenciada integrada – Desenvolvido e testado em três secretarias municipais a partir da criação de software de gestão do território com interface pública e privada. Será uma ferramenta de gestão, planejamento e execução de operações urbanas, com visão ampla das ações em andamento e planejadas na cidade. O objetivo é combater a sobreposição de projetos, planos e ações pontuais, e fazer a checagem desses planos e projetos com a estratégia da cidade, o Plano Recife 500 Anos. (CITinova)

Além disso, contou com 3 iniciativas de investimentos em projetos-piloto, sendo eles:
(i) ações de urbanização no Rio Capibaribe, que dialoga diretamente com o projeto Parque

Capibaribe; (ii) construção de um barco solar para travessia entre duas margens do Rio Capibaribe e desenvolvimento de modelo de negócios para operação do barco pós projeto piloto; (iii) Jardins Filtrantes, projeto executado para dar tratamento a 10% da vazão do Canal do Cavouco, no Parque do Caiara.

Em 2020, o Porto Digital foi encarregado pelo Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental que visa promover arranjos de produção de Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular para a cidade do Recife, como parte integrante do projeto CITInova.

O Porto Digital do Recife foi responsável pela elaboração de um modelo replicável no **Projeto Piloto de Reabilitação de Áreas Centrais**, do BNDES, na linha BNDES Fundo Cultural, para reabilitação em larga escala de áreas históricas e patrimônios edificados nas cidades brasileiras. O objetivo foi desenvolver metodologias, modelos e mecanismos, nas dimensões econômico-financeira, legal-jurídica e urbanística-estratégica. O apoio ao projeto do Porto Digital, que vem revitalizando a área central do Recife e atraindo empresas de tecnologia, será de até R\$2,75 milhões. O banco tem expectativa de que através da construção de diagnóstico e oferta de instrumentos para revitalização possam surgir boas oportunidades para consórcios privados. Desse modo, o projeto propõe-se a desenvolver um veículo de gestão piloto, combinando esforços públicos e privados.

O II Seminário Internacional para Reabilitação de Áreas Centrais, realizado no primeiro semestre de 2024, marca a conclusão do projeto, com a apresentação dos resultados. Fizeram parte das atividades o detalhamento do modelo de referência, a definição do perímetro, a consolidação de metodologia, a seleção do modelo de gestão, o desenvolvimento de diretrizes, a apresentação de resultados e a realização de seminários internacionais. Foram entregues quatro documentos, ficando pendente o documento síntese, (i) estudos de reabilitação urbana, (ii) análise territorial, (iii) plano de diretrizes urbanísticas e (iv) modelos e cenários propostos.

Concluídos esses processos, haverá a constituição de uma entidade para gestão dos recursos dos investidores em incorporação de imóveis, aporte de capital, projetos executivos, obras e gestão de ativos. Com base nos resultados alcançados, o BNDES poderá adaptar esse modelo para outras regiões do Brasil. Explorando novas formas de atuação e apoio e buscando ampliar o impacto positivo no desenvolvimento urbano e revitalização de áreas centrais. Essa estratégia visa incentivar a replicação de modelos de sucesso e contribuir para a melhoria das cidades brasileiras através de parcerias público-privadas e novas oportunidades de investimento.

4.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS ORIGINAIS E ATUAÇÃO ATUAL DO PORTO DIGITAL EM RELAÇÃO AO TERRITÓRIO E AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Os objetivos originais do Porto Digital, conforme o Plano Bi-anual 2001-2002, visavam a criação de um polo tecnológico, um ambiente de negócios sustentável, de referência internacional, voltado para empresas de tecnologia da informação e comunicação. A estratégia tem foco em três pilares principais: (i) infraestrutura urbana e de serviços, (ii) atração de negócios e investimentos, (iii) instalação de instituições-chave. Esses objetivos refletem a visão estratégica de posicionar o Bairro do Recife como um polo de TIC de classe mundial até 2002, a fim de promover o desenvolvimento urbano e econômico por meio da tecnologia e inovação. A revitalização do bairro viria como consequência das atividades ali instaladas.

A atuação do Porto Digital com relação ao planejamento urbano pode ser analisada a partir da implementação de seus objetivos originais através de diferentes estratégias. Esses objetivos estavam focados principalmente no desenvolvimento tecnológico e econômico, mas ao longo do tempo, impactaram diretamente a infraestrutura urbana e a dinâmica socioeconômica do Bairro do Recife. À medida que o Porto Digital se estabelecia, seus objetivos foram ajustados e ampliados para atender às novas demandas do mercado.

O Porto Digital investiu em infraestrutura urbana de alta tecnologia ao promover a instalação de dutos para fibra ótica e a criação de um condomínio digital, que conecta empresas de TIC a uma rede de alta velocidade. Isso transformou a infraestrutura da região, tornando-a mais atrativa para empresas tecnológicas e incentivando a modernização urbana do Bairro do Recife. Outro ponto central foi a requalificação de espaços e imóveis com a conversão de antigos imóveis, muitos deles históricos, para abrigar instituições-chave, como centros de transferência de tecnologia e incubadoras de empresas.

O Plano Bi-anual também previu a parceria com a Prefeitura do Recife e a URB-Recife para o Projeto Pilar, que visava a construção de habitações populares e a reurbanização de áreas no entorno da Igreja do Pilar. O objetivo era conectar a comunidade local às oportunidades do Porto Digital, criando um vínculo entre o desenvolvimento tecnológico e a inclusão social.

O Porto Digital desempenhou um papel fundamental na transformação econômica da região, atraindo investimentos e empresas nacionais e internacionais para o Recife. Esse movimento consolidou o Bairro do Recife como um polo de tecnologia da informação e comunicação, modificando a economia local, no entanto a monofuncionalidade é um

problema para o dinamismo urbano, sendo responsável por exemplo pelo esvaziamento noturno do bairro.

Recentemente o Porto Digital tem atuado e assumido funções que vão além do seu escopo original de atuação, expandindo-se para outras cidades em Pernambuco, Goiás, e também, Portugal. Na cidade do Recife, onde alegou não ter mais estoque imobiliário para expansão no Bairro do Recife, expandiu o território do parque para os bairros adjacentes, apesar de terem sido contabilizados 129 imóveis vazios no Bairro do Recife, representando 31,85% do parque edificado (MARQUES, 2021). Além disso, o Porto Digital foi criado para atuar nos setores de softwares e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no entanto, em 2010 somaram-se empresas de Economia Criativa (EC), e a partir de 2015 foi implementado também o setor de tecnologias urbanas como área estratégica.

O parque tecnológico, atualmente, abrange uma área de 171 hectares na capital pernambucana, onde além do Bairro do Recife, ocupa partes dos bairros históricos de Santo Antônio, São José e um quadrilátero no bairro de Santo Amaro. Nos últimos 10 anos a Porto Digital vem expandindo seus limites, em 2014 instalou no Agreste de Pernambuco, em Caruaru, o Armazém da Criatividade. Mais recentemente, em 2023, tornou-se administrador do HUB Goiás, iniciativa do Governo do Estado de Goiás através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás. E extrapolou a barreira do território nacional, inaugurando, também no último ano, o Porto Digital Europa, um Hub e parque de TI em Aveiro, Portugal.

Segundo informações disponibilizadas em seu site, o Porto Digital apresentou um crescimento de 14% no faturamento, em 2023, alcançando R\$5,4 bilhões como receita de suas 415 empresas e atingindo a marca de 18.400 colaboradores (PORTO DIGITAL, 2024). Na sua fundação o Porto Digital contava apenas com 3 empresas e 46 pessoas.

Além de influenciar diretamente o planejamento urbano, com a criação e transformação da infraestrutura e dos espaços urbanos, atuando como planejador e executor, o Porto Digital também atuou como um catalisador econômico e social, promovendo a revitalização e o desenvolvimento sustentável da área. Entretanto, sua presença gerou uma série de transformações na cidade, tanto positivas quanto negativas, como a gentrificação e o aumento da desigualdade social, abordados por Simas et al. (2020b).

No caso do Porto Digital, é possível afirmar que ele se comporta como um agente relevante de planejamento urbano, indo além não só do seu território de influência original (Bairro do Recife) como da função de revitalização da área, sendo responsável pela criação de um modelo replicável, a nível nacional, Passa a atuar em projetos que abrangem todo o município, a exemplo do Plano Recife 500 anos que tem como objetivo a criação de uma

estratégia de longo prazo para cidade e trata de aspectos gerais do planejamento urbano como habitação, mobilidade urbana, infraestrutura, entre outros. O Quadro 1, nos apêndices, apresenta um resumo das estratégias contemporâneas de atuação do Porto Digital e de que forma ele tem participado desses projetos.

O Projeto Porto Digital, fundado com a proposta de revitalizar uma área historicamente degradada do Bairro do Recife, é um exemplo claro de empreendedorismo urbano na prática. Sua criação reflete a adoção de políticas públicas que visam atrair investimentos privados e inovação tecnológica para promover o desenvolvimento econômico e inserir a cidade no mercado como participante competitivo. O projeto integra o território a dinâmicas globais de mercado, ao mesmo tempo que propõe melhorias urbanísticas e tecnológicas, como é comum nos discursos de empreendedorismo urbano.

O discurso em torno do Porto Digital geralmente o promove como um polo de inovação e modernização, que revitaliza o centro histórico da cidade, atrai empresas globais e locais, gera emprego e integra o Recife à economia digital. No entanto, é possível perceber a discrepância entre o discurso e a prática. Embora o Porto Digital tenha atingido metas significativas no campo da inovação e do desenvolvimento econômico, há questionamentos sobre os efeitos dessas políticas em termos de exclusão social, gentrificação e marginalização de certas populações.

A lógica do empreendedorismo urbano, tende a priorizar os interesses dos grandes detentores de capital, normalmente em detrimento das necessidades locais. No caso do Porto Digital, isso pode ser observado em como as transformações da área de atuação do projeto, ao promover um ambiente voltado para o setor tecnológico e criativo, podem contribuir para a valorização imobiliária e a expulsão de residentes de baixa renda. Assim, as melhorias urbanísticas e o crescimento econômico tendem a beneficiar principalmente os grupos já privilegiados, enquanto os mais vulneráveis enfrentam maiores dificuldades para acessar os benefícios dessa transformação.

É importante também considerar que há uma redefinição do papel dos agentes de planejamento urbano quando inseridos no contexto do empreendedorismo urbano. O modelo tradicional de planejamento delega à esfera pública, nas escalas municipal, estadual e federal, o controle do desenvolvimento e implementação de políticas urbanas, com foco na melhoria da infraestrutura, habitação e serviços para toda a população. Contudo, sob a ótica do empreendedorismo urbano, novos agentes entram em cena – como o Porto Digital – que passam a influenciar diretamente as políticas urbanas e o planejamento do território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da expansão territorial e temática do Porto Digital, ocorrida novamente em 2015, observamos um processo de transformação significativa na área central do Recife. Inicialmente voltado para empresas de tecnologia no Bairro do Recife, o escopo de atuação do Porto Digital foi ampliado para incluir isenções fiscais em setores de educação e economia criativa, abrangendo bairros como Santo Amaro (zona secundária 1), Santo Antônio, São José e Boa Vista (zona secundária 2). Essa mudança coloca essas áreas e atividades em uma condição de transformação iminente.

No entanto, o curto período desde essa expansão traz incertezas quanto ao impacto a longo prazo. Esse processo de desenvolvimento territorial, impulsionado pela instalação de novas atividades, ocorre sem ser atravessado por mecanismos tradicionais de controle social e participação popular, presentes no planejamento territorial, por exemplo, do plano diretor, na formulação de diretrizes urbanísticas e da lei de uso e ocupação do solo. Isso levanta questões sobre a transparência e legitimidade desse tipo de planejamento, que parece ser conduzido por associações efêmeras e atores voláteis, como agentes financeiros, OSCIPs e ONGs, que se redesenham constantemente.

Esse cenário de transformação urbana na área central do Recife exige vigilância. O empreendedorismo urbano, ao ser guiado por novos atores e órgãos financiadores, pode priorizar a rentabilidade e a lucratividade, negligenciando a função social do território e a justiça socioespacial. A atuação do Porto Digital, portanto, se insere em um contexto em que o planejamento urbano parece estar sendo reconfigurado por interesses privados, o que demanda um acompanhamento crítico.

Para pesquisas futuras, recomenda-se investigar a ARIES, analisando sua criação, atuação e conexões, a fim de compreender melhor seu papel nesse cenário de transformações urbanas, planejamento territorial e sua relação com o Porto Digital.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, I. J. C.; LACERDA, N. **Normas indutoras e interesse público: o Porto Digital (Bairro do Recife) e a captura da coisa pública.** In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVI, 2019, São Paulo. Anais [...] São Paulo: Anpur, 2017. p. 1-25.
<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/1543>
- ARIES. **ARIES – Agência Recife Para Inovação e Estratégia.** ARIES, [s.d.]. Disponível em: <https://aries.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- BURNETT, F. L. **Planejamento urbano no Brasil do século XXI: Instituições e atores sociais em tempos de desregulação de regimes urbanos e regionais.** In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XX, 2023, Belém. Anais [...] Belém: Anpur, 2023. p. 1-19. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st02-47.pdf>
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Governança.** Governo do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/governanca>. Acesso em: 01 out. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. [S. l.], 10 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001. Acesso em: 23 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Organizações sociais.** Governo do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/organizacoes-sociais>. Acesso em: 12 set. 2024.
- FERNANDES, C. et al. **Enciclopédia Jurídica da PUCSP - Tomo 2: Direito Administrativo e Constitucional.** 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>
- FERNANDES, A. C.; LACERDA, N. **Em que cesta colocar os ovos. A peleja do Porto Digital entre promoção do setor de software e valorização imobiliária no Recife Antigo.** In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. XVII, 2019, Natal. Anais [...] Natal: Anpur, 2019. p. 1-25
- FERNANDES, A. C.; LACERDA, N. **Entre inovação e valorização imobiliária: a controversa trajetória de um parque tecnológico no Recife Antigo, Brasil.** EURE (Santiago) [online]. 2023, vol.49, n.146, p.1-24. ISSN 0250-7161.
<http://dx.doi.org/10.7764/eure.49.146.07>

HORIGUCHI, L.; PEREREIRA, D. P. **Projeto Conexão Local: Porto Digital**. [S.l.]: [s.n.], 2009. Disponível em:
https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/1_-_porto_digital.pdf.

LACERDA, N.; FERNANDES, A. C. **Parque tecnológico: entre a inovação e a renda imobiliária no contexto da metrópole recifense (Brasil)**. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 329-354, nov. 2015.

LEAL, S. **Fetiche da Participação Popular: Novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil**. Recife: Ed. Do autor, 2003.

LUBAMBO, C. W. **Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife-PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991, 1991. v. 1

MACHADO, Carolline Britto da Costa; ERHARDT, Manoel de Oliveira (Orient.). **Núcleo de gestão do Porto Digital: fiscalização e controle sobre a organização social pernambucana**. 2020. 46 f. TCC (graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2020.

MACÊDO, C. W. **Interação Universidade-Empresa-Governo: Uma Análise Do Arranjo Institucional Do Porto Digital**. Recife: 2017. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25861> . Acesso em: 15 jul. 2024.

NUNES, S. M. M. **Da Teoria À Prática: Um Breve Histórico Do Planejamento Urbano No Recife, Pós 1970**. v. 15 n. 1 (2013): ANAIS DO XV ENANPUR. Disponível em:
<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/453/443>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PONTE, J. P. X. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 127, 2005. DOI: 10.22296/2317-1529.2005v7n1p127. Disponível em:
<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/139>. Acesso em: 8 set. 2024.

PONTUAL, Virgínia Pitta. **O saber urbanístico no governo da cidade: uma narrativa do Recife das décadas de 1930 a 1950**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PORTO DIGITAL. **Porto Digital cresce 14% em 2023 e passa de 18 mil colaboradores - Porto Digital**. Disponível em:
<https://www.portodigital.org/noticias/porto-digital-cresce-14-em-203-e-passa-de-18-mil-colaboradores>. Acesso em: 29 abr. 2024.

RECIFE. **Gabinete do Centro do Recife - RECENTRO** | Prefeitura do Recife. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/gabinete-do-centro-do-recife-recentro>>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RECIFE. **Lei n. 17.244, de 27 de julho de 2006**. Institui o Programa de Incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados. Recife: Câmara Municipal, [2006]. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/2880/leis-de-Recife/?q=17244>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

RECIFE. **Lei n. 17.942, de 3 de dezembro de 2013**. Altera a Lei Municipal n. 17.244, de 27 de julho de 2006, que instituiu o Programa de Incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados. Recife: Câmara Municipal, [2013]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/2880/leis-de-Recife/?q=17942>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

RECIFE. **Lei n. 18.168, de 29 de outubro de 2015**. Altera o dispositivo da Lei n. 17.244, de 27 de julho de 2006, modificada pela Lei 17.762, de 28 de dezembro de 2011. Recife: Câmara Municipal [2015]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/2880/leis-de-Recife/?q=18168>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

SILVA, E. R.. (2012). **O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Pág. 279 a 306

SIMAS, T. B.; OLIVEIRA, S. A. L. C. DE; CARVALHO, C. M. DE. **As estratégias de marketing urbano do Porto Digital**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2020.

SIMAS, T. B.; OLIVEIRA, S. A. L. C.; CARVALHO, C. M. **A gentrificação do Bairro do Recife entre os anos 1980 e 2010**. albuquerque: revista de história, v. 12, n. 24, p. 159-182, 26 dez. 2020b

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001